

## **5. O território da Maré e a vida cotidiana**

### **5.1. Encontros com o poder do tráfico na Maré: o desenrolar**

O dia eu não saberia dizer exatamente qual foi. Mas o ano é inesquecível: 2001. Certamente, levarei comigo as lembranças da experiência vivida naquele dia, um marco no sentido da compreensão dos meus sentimentos de medo e coragem. Foi mais um daqueles dias no qual cheguei à Maré para trabalhar na instituição social da qual eu era uma das diretoras. Eram cerca de dezesseis horas e eu me encontrava numa sala do terceiro andar da instituição, entre muitos documentos e papéis, no intervalo entre uma reunião e outra, com os integrantes dos projetos ali desenvolvidos.

A secretária que ficava no primeiro andar do prédio me chamou pelo ramal interno, pedindo, com certa tensão na voz, para que eu descesse até a recepção, pois havia um rapaz querendo falar comigo e tinha de ser naquele momento. Um tanto contrariada, pois estava com um acúmulo enorme de trabalho, descí até a secretaria quando me deparei com um jovem com uma arma e um telefone nas mãos. Ao ver o rapaz em pé, na porta, pedi que entrasse para conversarmos já que ficaria muito estranho se os adolescentes e jovens que ali estudavam vissem uma pessoa com arma dentro da instituição.

Ao chegarmos numa sala mais reservada, dentro da própria secretaria, indaguei sobre o que ele gostaria de falar comigo. Ele estava um pouco agitado, nervoso, quando me disse:

Olha, o amigo gostaria de falar com a senhora. Ele pediu que fechasse a instituição, que não vai haver mais aula hoje e quando for lá pelas oito horas a gente vem buscar a senhora aqui. A senhora não pode sair daqui enquanto nós não chegarmos, entendeu?

Então, eu perguntei:

Mas o que está acontecendo? O que eu posso ter feito de tão grave para fechar a instituição? Como os alunos vão receber isso? Quem é esse amigo? Como posso falar com ele para entender o que está acontecendo?

Nesse momento ele ligou pelo rádio; do outro lado, atendeu um homem que gritava muito, xingava palavrões e que mal me deixava falar. Perguntei sobre o que estava acontecendo e ele, de maneira grosseira, respondeu que eu iria saber no nosso encontro. Fez menção ao nome de outro diretor, querendo saber onde ele se encontrava. Respondi que estava na Maré naquele momento. Ele foi enfático ao dizer que eu não poderia sair do prédio e que esperasse alguém vir me buscar. Respondi que tudo bem, eu ficaria ali até eles chegarem, para me buscar.

Ao deixar o prédio, o jovem que havia ido dar o recado olhou para mim e disse: “Fique calma, que tudo vai ser esclarecido”. Na realidade, ele viu como fiquei nervosa com o fato de não entender o que estava se passando. Quando ele saiu, um número significativo de pessoas que se encontravam dentro do prédio, nas muitas atividades em curso naquele dia, se aproximaram para saber o que acontecera. Criou-se certo tumulto quando tive de esclarecer que não sabia o que poderia estar motivando aquela atitude de pessoas integrantes do tráfico de drogas.

De qualquer forma, pedi à secretária para produzir um cartaz e colocar no portão do prédio, avisando que no horário noturno não haveria aulas, pois nos encontrávamos com problemas na rede elétrica. Liguei para os outros diretores e comuniquei o que acontecera e a situação que se apresentava. Perguntei se por acaso alguém poderia intuir as razões do que estava ocorrendo, mas nenhum deles soube dizer: todos ficaram tão estupefatos como eu com a situação. Pedi que o diretor mencionado pelo traficante não viesse ao projeto, uma vez que poderia ser mais perigoso ainda o desenvolvimento de uma história sobre a qual, até então, não tínhamos nenhuma informação. Argumentei que a sua presença poderia aumentar a ira dos traficantes e que seria mais fácil tratar da situação com menos pessoas envolvidas, para explicar o que ainda não se sabia.

O nervosismo era grande, pois todos sabíamos o significado do chamado **desenrolo**, termo usado nas favelas para as situações em que se tem de resolver algum conflito ou explicar algo aos chefes do tráfico. Muitas vezes, o resultado dos encontros é a morte; no nosso caso, além daquele risco concreto, havia também a possibilidade de que fossem tomadas medidas contra a entidade, que tinha suas bases e projetos dentro da Maré. Embora tivesse conversado, em

variadas situações em minha vida nas instituições da Maré, com integrantes do tráfico de drogas, aquela situação era completamente diferente: ela parecia muito mais ameaçadora.

Fiquei, então, das dezesseis até às vinte horas dominada pela tensão, numa espera que parecia não ter fim. Alguns diretores chegaram, conversamos um pouco, conjecturamos sobre o que poderia estar ocorrendo, mas não encontramos fatos aparentes ou plausíveis, aos nossos entendimentos, que pudessem justificar um evento como aquele, que nunca ocorrera, em anos de funcionamento da instituição. Vários alunos que se encontravam na biblioteca do prédio permaneceram ali, no intuito de também compreender o fato e de se solidarizarem com a situação.

No horário combinado, chegou um rapaz me chamando, dizendo que iríamos encontrar o tal amigo em frente à 30ª Região Administrativa (R.A.), que fica entre as favelas Nova Maré e Baixa do Sapateiro. Quando o rapaz anunciou que eu teria de ir até lá com ele caminhando, o grupo de alunos, professores e diretores que permaneceram na instituição questionaram, dizendo que eu não iria sozinha. Eles se colocaram próximos e começamos a caminhar até o local mencionado pelo mensageiro. Na rua, chamávamos a atenção de quem passava já que éramos um grupo de, pelo menos, quinze pessoas. Ao chegarmos à *Praça do Dezoito*, como é chamado aquele espaço em frente à R.A, uma moça que estava a nossa espera foi avisar que já nos encontrávamos no local combinado. Não demorou dez minutos e chegou um carro. Dentro, um rapaz gritou pelo meu nome pedindo que eu entrasse no veículo. Quando ele mencionou que eu deveria ir com ele no carro, as pessoas me seguraram pelo braço e disseram: “Não, ela não vai sair daqui sozinha. O que está acontecendo? Quem quer falar com ela? Quem é esse amigo que vocês estão falando?”. Foi aí que o jovem que me dera o recado, pela tarde, disse: “Não se preocupem, o amigo só quer conversar com ela e tirar algumas dúvidas”. As pessoas que estavam comigo voltaram a dizer que eu não sairia dali sem outra pessoa do grupo. Sugeri, então, que eles tentassem falar via telefone com o tal amigo e perguntassem se outro diretor poderia ir junto. Ele contactou a pessoa que estava a minha espera e ela permitiu que fosse mais um diretor no carro, para o tão esperando encontro.

O carro deu algumas voltas na favela Nova Maré. Se me pedirem para retomar o caminho, não o saberei fazer. Quando o veículo parou frente uma casa, que também não conseguiria reconhecer qual seria exatamente: Nova Maré é um

conjunto habitacional construído pela prefeitura e todas as casas são iguais, além de ter os endereços bem confusos; as ruas são contíguas e uma residência é colada à outra.

Na frente da casa havia muitos homens jovens armados. Saltamos do carro e, ao entrar na casa, fiquei perplexa por entender que a pessoa que queria me encontrar, na realidade, invadira a casa de um morador, para ter o tal diálogo comigo. Ao passarmos pela sala, fiquei envergonhada ao ver uma mulher amamentando uma criança, mais três filhos pequenos em torno dela e o marido assistindo televisão. Subimos para o segundo andar, onde se localizam os quartos. Lá estava o gerente do tráfico de uma das favelas da Maré, para falar comigo. Quando viu o outro diretor, que o reconheceu, ele disse: “A minha conversa é com ela, por favor, vá lá prá fora e espera eu terminar minha conversa com ela”. O diretor ficou muito nervoso naquele momento e tentou argumentar, perguntando o que eu fizera para ele não querer a presença de uma terceira pessoa. Ele tornou a ser enfático e pediu que saísse. Naquele momento, olhei para o diretor e disse: “Pode ir, estou bem. O importante agora é sabermos o que está acontecendo”.

Quando o diretor saiu, o traficante disse para eu me sentar numa das camas do quarto. Ele ficou numa outra, de frente para mim. Então, ele pegou uma pasta cheia de recortes de jornais e com planilhas com o timbre da prefeitura, nas quais constavam o orçamento de alguns dos projetos que a instituição vinha desenvolvendo em parceria com associações de moradores da região e a Secretaria Municipal do Trabalho. Fiquei surpresa ao ver aqueles documentos em suas mãos. Ele começou a me indagar: “Quanto vocês receberam da prefeitura para fazer os projetos? Por que as associações de moradores não estão recebendo um valor que seria repassado para eles? Por que vocês estão fazendo o projeto tal? De qual comunidade a senhora vem aqui da Maré? Por que veio atuar aqui na minha área? Quem é esse diretor que deu essa declaração aqui nesse jornal?”. Ele me fez umas cinco perguntas de uma só vez.

Comecei, então, respondendo sobre de qual era minha favela de origem na Maré. Disse, nesse caso, que pouco importava de onde eu vinha. Expliquei que qualquer uma das favelas da Maré passava pelos mesmos problemas e que trabalhávamos na instituição para os moradores em geral, sem distinção de localidade. Quanto ao outro diretor que ele gostaria de encontrar, relatei quem era e o que fazia. Comentei, acerca da declaração do jornal, que ele estava dando uma

interpretação equivocada das palavras do diretor, pois não havia qualquer tipo de problema como ele havia mencionado. Nessa hora, ele se irritou e xingou falando o nome do diretor.

Em relação aos orçamentos dos projetos em desenvolvimento, na ocasião, pela instituição, falei que se soubesse que ele queria prestação de contas de nosso trabalho, teria trazido o conjunto de documentos que comprovavam a utilização dos recursos recebidos. Disse ainda que estava admirada de ele ter tido acesso a documentos que diziam respeito à parceria de uma instituição da sociedade civil com um órgão do Estado. Nessa hora, eu falei sem parar, já que ele perguntava e eu dava imediatamente as respostas. Ele me perguntou quais eram os valores previstos para alguns dos projetos que estávamos desenvolvendo. Eu respondi exatamente os valores correspondentes a cada um deles. Expliquei ainda por que realizávamos cada uma daquelas iniciativas. Falei dos projetos de educação que desenvolvíamos na Maré. Em alguns momentos, ele me interrompia e dizia: “A senhora pensa que estou nessa vida porque quero. Não, eu estou nessa porque não tive oportunidade de estudar”. Respondi: “Nosso trabalho é para que crianças e adolescentes da Maré não tenham de entrar numa vida errada, porque não tiveram oportunidade”. Ele, mais uma vez, foi incisivo: “Tá vendo essa família ali embaixo?” disse, se referindo aos donos da casa, “pois essa é a realidade de quem vive aqui”. Mais uma vez eu enfatizava que o trabalho que realizávamos na Maré era, justamente, para diminuir essa desigualdade para a qual ele apontava.

Naquele momento do diálogo, já haviam se passado duas horas e meia e os assuntos se repetiam. Percebi que o tom agressivo e arrogante do início da conversa foi sendo substituído por uma conversa de perguntas e respostas de maneira mais respeitosa e com certa compreensão de ambos os lados sobre o que ia sendo discutido. Olhei, então, para ele e disse: “Olha, você me chamou aqui, fez muitas perguntas, questionou a maneira como trabalho na instituição, de onde venho e o que faço. Então, eu queria que você me dissesse, exatamente, o que deseja e qual a razão, de fato, de me fazer vir até aqui, dizer para fechar a instituição e interromper as atividades no dia de hoje. Você sabe que isso tudo é muito grave e que as pessoas estão lá fora preocupadas com o que pode me acontecer, estando com você aqui, por tanto tempo. Por favor, me diga o que quer de verdade. Preciso que me fale, pois preciso entender o que quer para tomar minha decisão”.

Ele virou para mim e disse: “A senhora é muito corajosa de falar assim comigo”. De pronto, respondi: “Não estou desrespeitando você, mas tenho os meus princípios, minha maneira de ser e a única coisa que não quero é te enganar sobre meus propósitos e sobre o que penso”. “Pois é”, disse ele,

[...] o que queria pedir é que a senhora tivesse mais compreensão com alguns dirigentes das organizações locais. Alguns deles me disseram que havia sido combinado um repasse mensal de trezentos reais, pois vocês estão desenvolvendo projetos de educação usando os espaços dessas instituições e já faz dez meses que esse dinheiro não é dado a eles. Mas vocês continuam fazendo os projetos de vocês.

Pude entender, então, o que acontecera e como os documentos relativos aos projetos que desenvolvíamos na Maré chegaram às mãos do traficante. Em 2001, César Maia assumira o segundo mandato como prefeito do Rio de Janeiro. Em janeiro daquele ano, o então prefeito fizera um decreto suspendendo todos os contratos e convênios em vigor assinados pelo prefeito antecedente, Luiz Paulo Conde. O argumento que utilizou, na época, era de que iria rever cada uma das parcerias, para, então, verificar a quais programas daria continuidade. Ocorre que já passara dez meses, mas os projetos assinados com a instituição que eu dirigia não receberam nenhum repasse. Por isso não tínhamos como repassar a verba combinada para as instituições locais com as quais tínhamos parceria, enquanto a prefeitura não se pronunciou a respeito dos convênios da Maré, o que só fez cerca de um mês depois daquele dia.

Expliquei todos aqueles fatos ao meu interlocutor e ainda disse que os dirigentes das organizações que o procuraram deveriam ter ido falar comigo, para entender por que estávamos desenvolvendo, normalmente, os projetos. O que aconteceu foi que conversamos com os professores que ministravam as aulas e pedimos que esperassem o repasse da prefeitura, para receberem, pois seria muito ruim para os alunos participantes dos projetos de alfabetização, ensino fundamental e médio ficarem por um período tão grande sem aula. Todos os professores concordaram com a proposta, pois não era aquela a principal atividade remunerada que tinham. Conseguimos, assim, honrar nosso compromisso com os alunos.

Ao terminar essa fala ele ainda foi enfático: “A senhora tem que entender que precisa ajudar os amigos. Fulano está na cadeia e temos de enviar ajuda para ele daqui de fora. É preciso que todos nos ajudem”. Fiquei muito nervosa e alterei o tom da minha voz. Disse para ele, então: “Olha, estou sendo muita franca com você.

Quero saber se está, de fato, me pedindo que utilize parte dos recursos que recebemos para os projetos para um fim diferente daquele para o qual ele foi repassado, é isso que está me pedindo? Ele disse: “Não, é a senhora que está interpretando assim”. Disse que não poderia jamais fazer aquilo, pois era muito crítica a quem usava os recursos direcionados a projetos sociais de maneira indevida. Caso fosse esse o pedido dele, eu estaria deixando a organização que eu presidia na ocasião e ele não se preocupasse, pois eu não iria fazer qualquer tipo de denúncia a respeito do que ele havia me solicitado. Só que eu não poderia, jamais, agir contra os meus valores e princípios. Ele retrucou mais uma vez: “Não estou pedindo que a senhora faça nada. Até porque, pensa bem, quantas pessoas são atendidas pela instituição?” Respondi: “Em torno de três mil, entre crianças e adolescentes”. Ele disse:

Pois é, multiplique cada uma dessas pessoas por cinco, pelo menos; só aí tem quinze mil moradores. Pensa só quantas pessoas vão reclamar quando souberem que a senhora vai fechar o projeto. Eu não quero o mal da comunidade. Só queria pedir que a senhora desse uma atenção maior aos meus amigos dirigentes das organizações locais e que a gente pudesse acompanhar tudo que acontece.

Como já passava das vinte e três horas, falei para ele: “Já está muito tarde, eu preciso ir. Já estamos há mais de três horas conversando. As pessoas que vieram comigo devem estar preocupadas e minha família deve estar pensando que aconteceu o pior comigo. Posso ir, então?”. Ele falou: “Tudo bem, mas não esquece de tratar bem as pessoas que te falei”.

Saí daquela casa em estado de anomia pós-traumática. A minha vontade era de não falar com ninguém. Não saberia reproduzir, naquele momento, o que ouvira ou sentira. Parece que eu vivera um pesadelo. Quando encontrei o outro diretor que estava do lado de fora da casa, à minha espera, não consegui dizer uma palavra. Voltamos até a *Praça do Dezoito* onde estavam as pessoas que nos acompanharam; elas falaram que já não sabiam mais o que fazer ou aonde nos procurar. Alguns de nós fomos, então, para uma lanchonete na Avenida Brasil. Ali, esforcei-me para relatar o que acontecera. Confesso que foi difícil reproduzir o que ouvira. Falei apenas superficialmente sobre determinadas precauções que deveríamos tomar dali em diante.

Minha chegada em casa foi dolorosa, pois tive de contar o que se passara e a preocupação de todos era grande. Não consegui dormir, pensando no perigo por que

passara. Somente depois do ocorrido que esse tipo de sentimento me abateu. Fiquei paralisada, perplexa, confusa e sensível. Na realidade, passei a ter medo de fazer os caminhos que fazia naturalmente na Maré. Posso afirmar, com certeza, de que, até aquela experiência, eu era uma pessoa, tendo-me tornado outra, após aquela vivência.

Aquela situação tocara muitos dos meus sentimentos. Decidi, então, iniciar uma psicoterapia de apoio, pois não me sentia à vontade para falar sobre o assunto com meus pares. Entendi que precisava do auxílio de profissionais. Foi o que me ajudou a lidar com essa situação e a continuar me posicionado a partir do que acredito.

Em relação à interferência das pessoas que dominavam o tráfico na área onde eu atuava diretamente – atualmente, todos aqueles personagens mudaram – houve, inicialmente, uma tentativa de imposição de outras regras na instituição, com a participação de membros de fora do grupo que dirigia a organização. Fomos discutindo, ouvindo e, com o tempo – justamente por haver uma grande alternância de poder nesses grupos – convencemos a quem assumia que aquela história toda não passava de um grande mal-entendido e que nós sempre trabalhávamos na Maré de maneira ética, cumprindo com os compromissos que assumíamos.

No plano pessoal, com o tempo, a forma de enfrentar os fantasmas da experiência de **desenrolo** foi, justamente, afirmar a necessidade de tratar do tema da violência nas favelas e buscar contribuir, da forma que eu pudesse, para diminuí-la. Nesse sentido, em certa medida, esta tese é fruto, também, daquela dor, dentre outras.

## 5.2.

### O território da Maré

Quem sou eu para te cantar, favela, / que cantas em mim e para ninguém a noite inteira de sexta / e a noite inteira de sábado / e nos desconheces, como igualmente não te conhecemos?

Sei apenas do teu mau cheiro: baixou a mim, na vibração, / direto, rápido, telegrama nasal / anunciando morte... melhor, tua vida.

Decoro teus nomes. Eles / jorram na enxurrada entre detritos / da grande chuva de janeiro de 1966 / em noites e dias e pesadelos consecutivos.

Sinto, de lembrar, essas feridas descascadas na perna esquerda / chamadas Portão Vermelho, Tucano, Morro do Nheco, / Sacopã, Cabritos, Guararapes, Barreira do Vasco, / Catacumba catacumbal tonitruante no passado, / e vem logo Urubus e vem logo Esqueleto, / Tabajaras estronda tambores de guerra, / Cantagalo e Pavão soberbos na miséria, / a succulenta Mangueira escorrendo caldo de samba, / Sacramento... Acorda, Caracol. / Atenção, Pretos Forros!

O mundo pode acabar esta noite, não como nas Escrituras se estatui. / Vai desabar, grapiola por grapiola, / trapizonga por trapizonga, / tamanco, violão, trempe, / carteira profissional, essas drogas todas, / esses tesouros teus, altas alfaias. / Vai desabar, vai desabar / o teto de zinco marchetado de estrelas naturais / e todos, ó ainda inocentes, ó marginais estabelecidos, morreréis / pela ira de Deus, mal governada.

Padecemos este pânico, mas / o que se passa no morro é um passar diferente, / dor própria, código fechado: Não se meta, / paisano dos baixos da Zona Sul. / Tua dignidade é teu isolamento por cima da gente. / Não sei subir teus caminhos de rato, / de cobra e baseado, / tuas perambeiras, templos de Mamalapunam / em suspensão carioca.

Tenho medo. Medo de ti, sem te conhecer, / medo só de te sentir, encravada / favela, erisipela, mal-do-monte / na coxa flava do Rio de Janeiro.

Medo: não de tua lâmina nem de teu revólver / Nem de tua manha nem de teu olhar. / Medo de que sintas como sou culpado / e culpados somos de pouca ou nenhuma irmandade.

Custa ser irmão, / custa abandonar nossos privilégios / e traçar a planta / da justa igualdade.

Somos desiguais / e queremos ser / sempre desiguais. / E queremos ser / bonzinhos benévolos / comedidamente / sociologicamente / mui bem comportados.

Mas favela, ciao, / que este nosso papo / está ficando tão desagradável. / Vês que perdi o tom e a empáfia do começo?

Carlos Drummond de Andrade, Favelário Nacional

Rogério Haesbaert (2002) considera haver, dentre as muitas e ambíguas definições do termo território, três referenciais delas norteadoras:

[...] a primeira, mais simplificadora, o entende como simples base material de reprodução da sociedade. Nesse caso, quanto menor a capacidade tecnológica, mais territorializada seria a sociedade, e, nessa perspectiva, mais atrasada. Outra concepção, tradicionalmente hegemônica no campo acadêmico, é de base política. Nela, o território é uma forma de controle dos indivíduos e/ou dos processos sociais a partir do controle de seu espaço material de existência. Território e poder, neste caso, andam juntos. Por fim, uma terceira abordagem é a que prioriza a dimensão cultural na definição do território, e que o vê antes de tudo como um espaço dotado de identidade, uma identidade territorial (Haesbaert, 2002, p. 37).

A última perspectiva vem orientando meu olhar sobre a realidade das favelas cariocas e, em especial, sobre a Maré. Nela, torna-se possível perceber as práticas dos sujeitos sociais como formas estruturadas e estruturantes dos espaços nos quais materializam o seu direito à cidade, na perspectiva proposta por Lefebvre (2001).

Como a identidade é construída, de forma predominante, na e pela diferença<sup>97</sup>, a forma como os grupos sociais populares constituem sua identidade e seu espaço de moradia tem como um dos eixos os vínculos contraditórios com os grupos sociais dominantes e suas representações de cidade, de si mesmo e dos outros grupos sociais. Essas representações se manifestam, dentre outras maneiras, nas formas usuais de definição das favelas. No Censo Demográfico de 1950, por exemplo, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) definiu do seguinte modo um espaço favelado:

São consideradas favelas todos os aglomerados urbanos que possuam, total ou parcialmente, as seguintes características:

- proporções mínimas: agrupamentos prediais ou residenciais formados com unidades de número geralmente superior a 50;
- tipo de habitação: predominância, no agrupamento, de casebres ou barracões de aspecto rústico, construídos principalmente de folhas de flandres, chapas zincadas, tábuas ou materiais semelhantes;
- condição jurídica de ocupação: construções sem licenciamento e sem fiscalização, em terrenos de terceiros ou de propriedade desconhecida;
- melhoramentos públicos: ausência, no todo ou em parte, de rede sanitária, luz, telefone e água encanada;
- urbanização: área não urbanizada, com falta de arruamento, numeração ou emplacamento (Censo de 1950, Departamento de Geografia e Estatística da Prefeitura do Distrito Federal, *apud* Silva, 2002, p. 154).

Silva (2002) considera que tal definição das favelas nos remete a, pelo menos, duas questões significativas: em primeiro lugar, a visão homogeneizadora,

---

<sup>97</sup> Cf. S. Hall, 1999; P. Bourdieu, 1998; R. Haesbaert, 1997; I. Goffman, 1992.

por excelência, dos órgãos estatais envolvidos com o fenômeno da favelização; em segundo lugar, os pressupostos sociocêntricos que sustentavam o olhar dos técnicos na observação desses espaços, com a valorização, acima de tudo, das ausências que caracterizariam aquelas novas áreas urbanas. E muito pouca coisa mudou nesse sentido<sup>98</sup>. Quase sessenta anos após o censo de 1950, os espaços caracterizados, uniformemente, como favelas adquiriram características, em geral, profundamente distintas daquelas presentes em sua definição original. De forma particular, no que concerne à presença de equipamentos e serviços urbanos, aos tipos e materiais de construções das moradias, ao acesso a serviços públicos essenciais e, em menor proporção, à titulação das propriedades. Todavia ainda é hegemônica uma representação das favelas e de seus moradores marcada pelo distanciamento, pela estereotipia e pelo anacronismo, com a persistência da imagem das favelas e dos seus moradores nos termos das definições das décadas de 1940 e 1950.

O **bairro** Maré – termo que materializa a contradição acima assinalada – é uma expressão concreta dos limites das representações tradicionais sobre as favelas e sobre a necessidade de se construir novas interpretações sobre esses complexos territórios, que levem em conta sua pluralidade, a riqueza da vida cotidiana e de sua estrutura material. A Maré é um conjunto de dezesseis favelas, que se distribuem pela Avenida Brasil, via de circulação que une o centro da cidade e as áreas periféricas da Zona Oeste. Constituinte da região conhecida como Leopoldina, na Maré residem cento e trinta e duas mil pessoas, segundo o Censo Maré 2000. Sua formação vem de um longo processo de mudanças urbanas, que atingiu a cidade durante o século XX, em especial em sua segunda metade.

Essas transformações aconteceram basicamente pelo incremento da atividade industrial na cidade carioca, o que teve como consequência a chegada de muitos nordestinos, que vinham em busca de trabalho, principalmente de áreas atingidas pela seca. A região da Leopoldina, pouco valorizada em termos imobiliários, tornou-se um espaço privilegiado de recepção dessa população<sup>99</sup>. Outro fator determinante para o surgimento da Maré foi a construção da Avenida

---

<sup>98</sup> Atualmente, o IBGE define as favelas, dentre outros território populares, como “aglomerados subnormais”.

<sup>99</sup> Cf. Abreu, 1988.

Brasil, via de maior em extensão do município. Iniciada sua construção em 1939, foi inaugurada em 1946. Muitos operários que trabalharam na obra terminaram se fixando nas áreas vizinhas à avenida.

A Maré reunia, até o início dos anos 1980, seis favelas: Parque Maré, Baixa do Sapateiro e Morro do Timbau (constituídas ainda na década de 1940), Parque Rubens Vaz e Parque União (década de 1950) e Nova Holanda (criada pelo poder público no início da década de 1960). A partir da implantação do Projeto Rio, lançado em 1979, coordenado pelo então Ministério do Interior e implementado no Rio de Janeiro pelo Banco Nacional de Habitação (BNH), a região sofreu uma transformação profunda. O extinto banco estatal ficou responsável pelo investimento financeiro, cabendo ao Departamento Nacional de Obras e de Saneamento realizar as intervenções e à Fundação para o Desenvolvimento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (FUNDREM) organizar os dados cadastrais da área.

Desenvolvida na fase final da ditadura militar, a iniciativa previa a remoção de algumas das favelas e a transferência da população para conjuntos habitacionais construídos pelo governo; a urbanização das comunidades remanescentes, além do saneamento da região em torno da Baía de Guanabara. O alto grau de autoritarismo na definição e implantação das ações gerou críticas intensas e a afirmação de uma resistência organizada por parte de grupos comunitários locais. Diante disso, foi abandonada a intenção de remoção e incorporada a principal proposta dos grupos locais: a erradicação apenas das palafitas (barracos de madeiras suspensos sobre a água), que margeavam as favelas da região. A população dessas áreas seria transferida para outras comunidades construídas na própria região da Maré.

No período da implantação do Projeto Rio, havia uma articulação de moradores independentes na Maré, críticos à atuação das diretorias tradicionais das associações de moradores locais. Essas diretorias eram vistas como coniventes com os setores governamentais que atuavam juntos às favelas, recebendo vantagens específicas para apoiar as iniciativas oficiais. Essas iniciativas, em geral, eram centradas, na percepção das favelas, como um problema a ser eliminado e percebiam seus moradores como indivíduos despreparados para o exercício da cidadania. Nesse sentido, as ações propostas, em geral, desconsideravam a participação e o interesse real dos moradores.

O grupo de oposição às diretorias estabelecidas nas associações reunia moradores das seis favelas. Ele atuava junto à população através, principalmente, de um jornal comunitário denominado **União da Maré**. Em um de seus exemplares, de 1980, há um artigo, escrito por um dos articuladores do grupo, que ilustra bem a polêmica e descontentamento de uma parcela dos moradores com o Projeto Rio:

Exatamente no dia 9 de junho de 1979, a imprensa anunciou o Projeto Rio. Naquela data em diante eu nunca deixei de afirmar que somente os moradores unidos evitarão nossa escravidão ao BNH. A questão desse Projeto já está dando pra saturar as pessoas. Tem gente dizendo que “é melhor sair logo, pois assim acaba esta indecisão”. Ora minha gente, é isto mesmo que eles querem. Através de um cansaço longo e planejado, fazerem os favelados concordarem com seus projetos. Buscam esgotar nossa paciência. Querem nos vencer pelo cansaço. Em dado momento, dizem que estamos numa democracia e a opinião do povo tem que ser respeitada. Em seguida, anuncia-se que uma parcela dos favelados será remanejada para poder se construir, na área desocupada, conjuntos habitacionais. Agora, minha gente, será que alguma parcela dos favelados pediu conjunto habitacional? Onde está o respeito à vontade dos trabalhadores? O que nós queremos é a legalização dos nossos lotes. Muitos moradores ficam pensando que vão ganhar apartamento. É preciso ficar claro que isto vai ser pago. Todo ano haverá aumento da prestação e a qualquer momento o governo pode majorar esta mensalidade. Existem ainda, as taxas de lixo, água, esgotos, incêndio, imposto predial, condomínio, sem falar na luz. Falando de encargos financeiros, os jornais publicaram, em 31/10/80, alguns resultados do cadastramento. Afirma-se que nas seis favelas residem 16.076 famílias num total de 68.926 habitantes. Nós esperamos confrontar estes dados. O mais importante da pesquisa são as conclusões de ordem econômica. De início 16% das famílias não tem nenhuma renda; 40% ganham menos que um salário mínimo e outros 40% ganham entre um e dois mínimos. Agora é o momento de perguntarmos se este povo tem condições de arcar com as novas despesas do BNH. Nos próximos números deste jornal, iremos aprofundar este assunto (1980).<sup>100</sup>

As palafitas da Maré foram, durante um período significativo da formação das favelas da região, uma marca emblemática da situação de pobreza e das péssimas condições de qualidade de vida na qual viveram uma parcela da população da Maré.

Os versos da música **Alagados**, da banda Paralamas do Sucesso, apresentaram também, à época, uma idéia do drama vivenciado por uma população que tinha de conviver com a ausência do Estado, em todos os seus direitos básicos, como água potável, esgotamento sanitário, rede pluvial, habitação em condições dignas, etc.

---

<sup>100</sup> Jornal **União da Maré**. Rio de Janeiro, ano 1, nº 0, jan. 1980.

Todo dia o sol da manhã / Vem e lhes desafia / Traz do sonho pro mundo / Quem já não o queria / Palafitas, trapiches, farrapos / Filhos da mesma agonia / E a cidade que tem braços abertos / Num cartão postal / Com os punhos fechados na vida real / Lhe nega oportunidades / Mostra a face dura do mal.

Alagados, Trenchtown, Favela da Maré / A esperança não vem do mar / Vem das antenas de TV / A arte de viver da fé / Só não se sabe fé em quê / A arte de viver da fé / Só não se sabe fé em quê (Herbert Vianna, **Alagados**).

Com a retirada das palafitas, no início dos anos 1980, os moradores foram transferidos para novas habitações, que formaram a Vila do João, a Vila dos Pinheiros, o Conjunto Esperança e o Conjunto Pinheiros, passando a região da Maré a ter dez favelas. Em 1988, foi criada a XXX Região Administrativa, que incluiu como área de abrangência localidades na margem direita da Avenida Brasil. Nesse caso, a Maré tornou-se um espaço constituído por áreas anteriormente circunscritas aos bairros de Manguinhos, Bonsucesso, Ramos e Penha. Dessa maneira, além das dez favelas já mencionadas, passaram a fazer parte do complexo, oficialmente, as favelas de Marcílio Dias, anteriormente localizada na Penha, Praia de Ramos e Roquete Pinto, essas antes pertencentes ao bairro de Ramos.

No início dos anos 1990, mais duas localidades são erguidas na região pela Secretaria de Habitação do Município, através do projeto **Morar sem Risco**. Surgiram, então, Nova Maré e o Conjunto Bento Ribeiro Dantas – chamado de **casinhas** pelos seus moradores. São transferidas para os novos conjuntos populações removidas de áreas consideradas de risco (como encostas), moradores de ruas e famílias que residiam em palafitas em Roquete Pinto, as últimas moradias desse tipo a serem eliminadas da Maré.

Em 1994, o então prefeito César Maia criou, formalmente, através de decreto, o **bairro** Maré. A idéia era o reconhecimento pelo poder público de que a região da Maré estava urbanizada, já possuía equipamento e serviços públicos, como qualquer outro bairro da cidade. Essa formalização, feita de cima para baixo – como protestou, em entrevista, uma moradora de Marcílio Dias – gerou um situação de estranhamento para uma parte significativa dos moradores da Maré: eles não perceberam, em suas vidas cotidianas, mudanças do ponto de vista do que seria a representação de uma moradia identificada como bairro:

Eu não me considero moradora da Maré, não. A minha comunidade é Marcílio Dias. Todas as minhas coisas eu resolvo na Penha, do outro lado da Avenida

Brasil. Por que agora eu vou ter de ir a Maré, se é tão longe para nós daqui? (Dona Antonia, 2009).

Em 2000, um último conjunto habitacional foi construído na Maré, o **Salsa e Merengue**; como de regra, foram transferidas para o local populações que não residiam na região. Com a inauguração de Salsa e Merengue, a região passou a reunir o conjunto de dezesseis favelas que, até o momento, caracteriza, formalmente, a Maré. Todavia o processo de crescimento permanece: aglomerados como Nova Esperança, Kinder Ovo, Sem Terra e Mandacaru foram criados, de forma agregada a outras favelas, que se mantêm em expansão na região.

O processo de constituição das favelas da Maré revela um dado impressionante: das dezesseis localidades, nove foram construídas pelo Estado – os CHPs Ramos e Nova Holanda; os conjuntos habitacionais Vila do João, Pinheiros, Esperança, Vila Pinheiros, Bento Ribeiro Dantas, Nova Maré e Salsa e Merengue<sup>101</sup>. O fato é o mais revelador do fracasso da política habitacional de sucessivos governos cariocas, que tiveram como política central, em geral, a “erradicação” das favelas. O que ocorreu, ao contrário disso, foi a transformação dos chamados “conjuntos habitacionais” em favelas, pelo menos, em termos de reconhecimento social<sup>102</sup>.

Com um quadro populacional que a caracterizaria como cidade média do Brasil, a Maré passou a receber, ao longo dos anos, variados equipamentos públicos e serviços: boa oferta de energia e de água, varredura de ruas e esgotamento sanitário instalado, calçamento em todas as ruas, serviço de telefonia universalizado (inclusive com *velox*<sup>103</sup>, treze escolas de ensino fundamental e duas de ensino médio, cinco creches, sete postos de saúde, um posto de atendimento da Companhia de Limpeza Urbana (COMLURB), um da Companhia de Águas e Esgoto (CEDAE), a 30ª Região Administrativa, um Centro Estadual de Defesa da Cidadania (CCDC), uma lona cultural, uma Unidade de Pronto Atendimento

---

<sup>101</sup> Outra localidade que nasceu organizada, o Parque União, decorreu de uma iniciativa de um grupo de militantes do Partido Comunista, no início da década de 1950. Eles organizaram e lotearam a área e venderam os lotes a preços módicos. As outras ocupações tiveram, em geral, um caráter mais espontâneo.

<sup>102</sup> De fato, Cidade de Deus, Vila Kennedy, Vila Aliança, Quitungo e Guaporé, os primeiros empreendimentos construídos durante a década de 1960 e inícios dos anos 1970, são todos considerados espaços favelados e dominados por GCAs.

<sup>103</sup> Sistema para internet de banda larga da companhia telefônica Oi, a principal do Rio de Janeiro.

(UPA), dois postos simplificados da Fundação Leão XIII e a Vila Olímpica da Maré.

O conjunto de favelas da Maré é, provavelmente, o espaço favelado melhor dotado de serviços e equipamentos urbanos da cidade, ao lado da favela da Rocinha. A principal carência nesse campo ocorre em relação à oferta de escolas de ensino médio – apenas duas – e de equipamentos culturais – em especial devido à precariedade física da Lona Cultural. A oferta desses serviços explica-se, historicamente, pelos investimentos feitos no âmbito do Projeto Rio, no final da década de 1970, e pela forte articulação do movimento comunitário local, que conseguiu criar uma razoável ação integrada, desde os anos 1980. As inúmeras lutas foram empreendidas pelos movimentos sociais locais, especificamente através das associações de moradores e da entidade que as agrega, a União das Associações de Moradores da Maré (UNIMAR).

Independentemente de corresponderem, ou não, ao conjunto de necessidades do contingente populacional local, a existência desses equipamentos públicos demonstra que houve um investimento estatal significativo no sentido de garantir o acesso a serviços básicos por parte dos moradores<sup>104</sup>. O fato contribui para romper com a representação generalizada de uma ausência absoluta do Estado nas favelas cariocas. Desde o processo de democratização do país, as diferenças de tratamento entre as favelas e bairros nobres, com efeito, passam por outros aspectos que não, necessariamente, a oferta de determinados serviços, especialmente os sociais.

Há, entretanto, um fato curioso que se observa nas localidades: o reconhecimento por parte dos moradores de que, apesar de terem vários serviços públicos funcionando na região, essa presença não gerou uma melhora expressiva da qualidade de vida na Maré e, tão pouco, a diminuição da representação negativa sobre quem lá reside. Certamente, é essa uma das razões do morador da

---

<sup>104</sup> A simples existência dos serviços e equipamentos públicos não garante o atendimento adequado à população: na Maré, em geral, serviços como os de esgotamento sanitário, varredura de ruas e de coleta de lixo se caracterizam pela precariedade na sua manutenção e/ou na qualidade do serviço. No caso de espaços como as praças, as unidades escolares, a Vila Olímpica e a Lona Cultural, as condições de manutenção e de modernização são descontínuas – o que ocasionou, em 2009, a interdição do equipamento cultural, por exemplo; no caso de serviços como a R.A e o CDDC, eles deixam muito a desejar em relação aos seus propósitos institucionais – em particular por seus dirigentes não possuírem perfil técnico e serem indicados em função da vinculação eleitoral com os governantes de ocasião.

Maré não ter incorporado a idéia e o *status* de bairro para a região, como sinalizou em entrevista um morador da Baixa do Sapateiro:

Eu moro há trinta anos na Baixa do Sapateiro. Aqui, eu criei meus três filhos. Vi muita coisa mudar e a luta foi bem grande, para ter tudo que temos aqui. Não digo que moro na Maré e, sim, na Baixa do Sapateiro, em Bonsucesso. Isso aqui continua uma favela, apesar de ter tido muita melhoria. Mas eu acho que a vida aqui, antes de muita coisa que temos agora, era melhor, pois não tinha essa violência e os moradores podiam ficar à vontade na rua (Entrevista Sr. Manoel, 2008).

Solidariedade, alegria, festa, violência, desordem, carência etc: são termos usuais para se representar o cotidiano da favela, de acordo com o grupo social, perspectiva ideológica e/ou o local da moradia. Elementos que se apresentam de forma diferenciada, nas diversas favelas e territórios da cidade. Nesse sentido, o que apresentamos no item seguinte é uma descrição sintética do cotidiano da Maré, na perspectiva de que ele seja reconhecido na sua riqueza e complexidade. As fotografias dos Anexos são trazidas como maneira de ilustrar, através de outra linguagem, às vezes mais expressiva do que a escrita, o cotidiano assinalado<sup>105</sup>.

---

<sup>105</sup> A grande maioria das fotografias apresentadas nessa tese foi extraída dos arquivos do “Imagens do Povo”, agência fotográfica do Observatório de Favelas formada, em sua maioria, por fotógrafos oriundos de favelas cariocas.

### 5.3 Práticas cotidianas na Maré

No cotidiano da Maré, um conjunto de elementos fortes se coloca diante da percepção imediata: o cheiro forte nas vielas, em função do sistema de esgoto precário; o barulho permanente, de todos os lados, em geral de música *funk* ou *forró*; as ruas principais ocupadas por barracas, que vendem os mais diversos produtos; um grande número de lojas, em geral de médio a pequeno porte, destacando-se os muitos espaços de venda de bebidas alcoólicas; o grande número de veículos, especialmente motos, bicicletas e vans, que disputam as ruas com um grande número de pessoas, de todas as idades, especialmente crianças, adolescentes e mulheres. Presenças permanentes nas ruas, em todos os horários e dias, com destaque para as noites e os fins de semana.

A alta circulação nas ruas não se explica pelo que poderia parecer à primeira vista: nas casas residiria uma quantidade de pessoas muito superior a sua capacidade e isso as tornaria inabitáveis. Com efeito, a densidade média de habitantes por domicílio na Maré (3,45) está próxima da média da cidade. Fatores como a má qualidade das habitações e o fato de os cômodos serem muito pequenos justificam mais, em termos físicos, a opção pelas ruas. Outros fatores sociais também influenciam a intensa circulação coletiva: a alta taxa de desemprego, em especial dos jovens – um grande número desses também não estuda; a pequena circulação dos moradores em outros espaços da cidade e a concentração de suas atividades de lazer e de consumo na própria favela; a prática de vários tipos de brincadeiras coletivas entre as crianças etc.

A forte presença das pessoas nas ruas é o elemento que mais impacta aqueles que vão pela primeira vez a uma favela como a Maré;. À noite, enquanto as ruas dos bairros de classe média estão vazias, permanecendo seus moradores trancados em suas casas e apartamentos repletos de grades, a favela está com o comércio aberto, seus bares cheios de vida pulsando. A sensualidade é um componente muito presente no processo, em especial na Nova Holanda, comunidade onde a população negra de origem carioca e os descendentes dos migrantes nordestinos, em geral pardos, partilham o espaço<sup>106</sup>. As meninas, desde

---

<sup>106</sup> Refletindo o contexto racista brasileiro, as áreas menos valorizadas da favela, em particular a localidade conhecida como **Duplex** são ocupadas, majoritariamente, por negros.

muito novas, usam roupas curtas e provocantes, começando, em geral, de forma precoce, uma vida sexual, que leva muitas delas a uma também precoce gravidez.

A busca por lazer se faz presente entre a população local, principalmente entre os jovens. Assim, a oferta de *lan houses*, bares, festas de ruas, e locadoras de filmes<sup>107</sup> é expressiva. A proibição dos bailes *funks*, a partir da segunda metade da década de 1990, gerou um grave impacto na favela da Maré: em primeiro lugar, a decisão destruiu uma atividade econômica que gerava empregos, renda e prestígio social para milhares de jovens das favelas e periferias. Além disso, a criminalização do gênero musical fez com que os grupos criminosos ligados ao tráfico de drogas, em geral, dominassem os bailes. Esse processo contribuiu para o fortalecimento do **proibidão**, gênero da música *funk* dominado por letras que fazem a apologia dos grupos criminosos; para o aumento da discriminação dos jovens adeptos do estilo; para o aumento das situações de violência e de confronto entre criminosos e a polícia – que tenta proibir o baile; além de aprofundar o controle por parte dos GCAs de uma importante atividade de lazer dos moradores das favelas.

As redes sociais na Maré são plurais e não estabelecem uma relação direta entre si. Os grupos que frequentam as muitas igrejas locais, tanto evangélicas como católicas<sup>108</sup>, não se envolvem, em geral, nas atividades da escola de samba ou nos bailes *funks*, embora possam ser até mesmo membros da mesma família. Os jovens e adultos que consomem drogas de forma ostensiva são claramente identificados como **maconheiros** e considerados envolvidos com o tráfico de drogas, mesmo que não tenham uma atuação direta no comércio ilícito. Do mesmo modo, é pequeno, em termos relativos, o número de pessoas que se envolvem nas atividades promovidas pelas organizações comunitárias ou pelas ONGs, embora seja esse número expressivo em termos absolutos.

A maioria das pessoas da favela ocupa o seu tempo livre bebendo uma cerveja, jogando futebol ou fazendo um churrasco com familiares e amigos. Também é comum, nos fins de semana, principalmente, o envolvimento com a quase permanente tarefa de autoconstrução do imóvel. Nesse caso, o ritual de

---

<sup>107</sup> Uma demonstração dos limites culturais dos moradores, antes do ciclo dos DVDs, se revelava no fato da esmagadora maioria dos filmes em fitas VHS serem em versão dublada. Era muito difícil encontrar um filme na Maré com cópia legendada. O nível limitado de uso da escrita continua se fazendo presente ainda hoje, principalmente entre a população adulta.

<sup>108</sup> Os espaços de cultos afro-brasileiros foram, praticamente, extintos na Maré, assim como se tornou muito rara a parcela da população que se apresenta como seguidora dessas denominações religiosas.

**bater laje** – reunir os familiares e amigos para colocar a cobertura da casa, concluindo com um almoço festivo – é uma tradição muito valorizada, mas que aos pouco vai desaparecendo, uma vez que uma parte significativa das favelas da Maré já é de alvenaria.

A legitimidade das redes sociais e das instituições locais vai para além dos vínculos diretos, de familiares ou de amigos. Ela se faz presente na regulação, por exemplo, da propriedade e venda dos imóveis. A maioria dos moradores da Maré, como os das favelas cariocas, tem a posse de seu imóvel, não tendo uma escritura definitiva. O fato não impede a existência de um forte mercado imobiliário, em permanente expansão nos últimos anos, de compra, venda e aluguel de imóveis<sup>109</sup>. A valorização imobiliária de favelas como a Maré, do mesmo modo que a Rocinha – tradicionalmente, mais acompanhada pela mídia -, decorre da diminuição de espaços para ocupação popular nas áreas centrais da cidade do Rio de Janeiro. Assim, as favelas mais consolidadas passam por um intenso processo de verticalização, construção de novos empreendimentos e de acelerado crescimento das atividades econômicas, atraindo, inclusive, muitos empreendedores e novos moradores externos à favela<sup>110</sup>.

A presença desses novos atores, o grau de intolerância crescente dos moradores dos bairros nobres com as favelas e o estabelecimento, pela nova gestão da prefeitura da cidade, de um forte esforço em ordenar o espaço público carioca são fatores que colocam, em foco, dois temas polêmicos no âmbito da vivência cotidiana nas favelas: a ocupação do espaço público de forma privada e o (não) pagamento de serviços como água, esgoto, IPTU e energia. No caso da ocupação do espaço público, a prática é, em geral, autorizada pelo chefe do GCA,

---

<sup>109</sup> Em 1990, comprei um imóvel na Maré: uma senhora havia acabado de falecer e a compra foi feita de seu filho, o único herdeiro: fomos à Associação de Moradores, registramos a compra e pagamos um valor, que é fixo, pela transação. Além disso, fizemos uma declaração de compra e venda, registramos as firmas de ambos no cartório e a transação estava plenamente realizada – menos de um mês depois do falecimento da proprietária original. Na hora que vendi o imóvel, o mesmo foi feito. Cabe salientar que não conhecia a pessoa que me vendeu nem a que, posteriormente, comprou-me o imóvel.

<sup>110</sup> As obras, em geral de autoconstrução, são feitas à revelia das determinações dos órgãos públicos responsáveis pela regulação das construções urbanas na cidade. Quase sempre, não há licenças para a construção ou a reforma, assim como não há engenheiros ou arquitetos responsáveis. As construções não costumam dar problemas em função da experiência acumulada pelos pedreiros e mestres de obra responsáveis, e também em função da grande dose de segurança que norteia a construção dos imóveis tradicionais, em especial no âmbito das suas fundações. Os patamares de referência terminam sendo os usados nas construções tradicionais, embora com um menor uso de materiais, fator que garante um razoável grau de estabilidade para as edificações nas favelas mais consolidadas.

ou efetivada por membros do próprio grupo. A ocupação das calçadas para atividades comerciais ou pelos moradores dos imóveis é um elemento fundamental para a ausência de ordenação do território favelado. A Região Administrativa não consegue ordenar, por sua conta, esse processo de privatização, que continua crescente. A regulação desse processo é um dos grandes anseios da população, mas ela não tem, em geral, a quem recorrer, já que a lógica dos GCAs, nesse caso, é de absoluta insensibilidade para a questão da ordenação do espaço local. Diante disso, as pessoas costumam andar nas ruas, disputando espaço com os carros e motos, em função da ocupação das calçadas. Do mesmo modo, faz-se comum a ocupação de praças ou espaços similares por *trailers*, para a venda de produtos diversos. O argumento básico dos chefes dos grupos é garantir o direito ao trabalho do morador que toma essa iniciativa, mas o prejuízo para a circulação dos pedestres, no uso das áreas de lazer e na expansão de novos equipamentos públicos é imenso.

O uso indevido dos serviços de água, esgoto e energia e o não pagamento de impostos municipais são duas das mais arraigadas práticas dos moradores da Maré e da grande maioria dos moradores das favelas do Rio de Janeiro – embora ocorra também em domicílios de bairros nobres. O problema se iniciou em função da inexistência, durante muitas décadas, desses serviços e impostos nas favelas. Assim, os moradores aprenderam a utilizar serviços de água e energia, por exemplo, de terceiros, e nem sempre pagavam por esse serviço. A Companhia de Água e Esgoto (CEDAE), por sua vez, adota, desde o governo Brizola, uma política ambígua em relação ao fornecimento de seus produtos: ela passou, nas últimas duas décadas, a fornecer água e, em menor medida, esgoto a maior parte das favelas cariocas, a partir do estabelecimento de diversos programas de implantação dos serviços. Todavia aquela empresa pública não estabeleceu um sistema de cobrança por isso, nem mesmo uma “tarifa social”, que garantisse a manutenção do sistema. A CEDAE, no caso da Maré, pelo menos, não tem nem mesmo o cadastro da imensa maioria dos domicílios. A ausência de cobrança gera, por sua vez, um processo de precarização crescente na oferta dos serviços, em especial de esgotamento sanitário. A empresa alega que não pode fazer os devidos investimentos nos serviços, por não receber por eles. E, nesse processo, a situação piora cada vez mais.

No caso da energia, a LIGHT, na década de 1980, quando ainda era uma empresa pública, construiu uma política ousada de instalação de postes e medidores de energia nas favelas, até hoje mantida. A avaliação era de que, se não fizesse isso, os moradores o fariam por sua conta e risco. Com isso, seu padrão de perdas não é tão abrangente quanto o da CEDAE, embora seja muito expressivo. O furto de energia, chamado de **gato** no Rio de Janeiro, é difundido nas favelas e a empresa tem se empenhado para resolvê-lo<sup>111</sup>. No caso do IPTU, a prefeitura passou a enviá-lo para as residências da Maré no início dos anos 1990, mas a maioria dos moradores não efetua o pagamento.

Uma situação distinta diz respeito à ligação clandestina de televisão por assinatura – a **gatonet**. Apesar da obrigatoriedade da empresa concessionária do serviço de Tv a cabo realizar o cabeamento, que tornaria o serviço acessível ao conjunto da população da cidade, isso não foi feito nos bairros mais pobres e nas favelas. Diante da prática discriminatória, os moradores, que em sua maioria não tem condições de pagar o serviço por via satélite, somente tem acesso a ele através da ligação clandestina.

Muitos moradores das favelas justificam o não pagamento de tarifas, como a de energia e impostos como o IPTU, em função de uma pretensa ausência de atendimento do Estado às necessidades cotidianas. Outros, que são minoria, utilizam um argumento eticamente duvidoso: “favela é favela, asfalto é asfalto”, sinalizando que as regras são distintas e, nesse caso, as responsabilidades também o seriam. Em geral, o que justifica a prática é o sentimento de impunidade, tendo

---

<sup>111</sup> No final dos anos 1990, a LIGHT fez uma parceria com uma instituição da Maré para reduzir a inadimplência e as ligações irregulares na Maré. Primeiro, a empresa investiu fortemente na melhoria do serviço, anistiou os débitos anteriores e retirou os “gatos” existentes sem cobrança de multas ou processos. Em poucos meses, um levantamento feito pela equipe do projeto constatou que quase 90% dos moradores tinham uma relação estável com a empresa e eram adimplentes. Do mesmo modo, as ligações irregulares foram profundamente reduzidas. Posteriormente, o programa foi ampliado para outras favelas e cidades da região metropolitana, através da parceria com novas organizações sociais. Seu limite é que ele exige uma presença regular e por longo tempo da equipe nos territórios, a fim de modificar de forma profunda a cultura historicamente construída. Posteriormente, com a mudança de gestão, a empresa abandonou a estratégia de parceria com a sociedade civil.

No final da década de 1990, como presidente do CEASM, propus à empresa NET, que monopoliza os serviços de TV a cabo no Rio de Janeiro, uma parceria para ofertar o serviço a preços acessíveis aos moradores da Maré. A empresa ignorou a proposta, afirmando que não tinha interesse naquela faixa de público, considerado D e E. Diante do argumento de que os moradores buscariam ter acesso ao serviço de uma maneira ilegal, o representante da empresa disse, então, que a polícia impediria isso. Ora, a partir da ação da milícia em Rio das Pedras, o serviço de ligações clandestinas espalhou-se, poucos anos depois, por grande parte das favelas e periferia carioca, sob controle dos GCAs.

em vista que, no caso da LIGHT, por exemplo, acredita-se que a empresa não teria condições de suspender a oferta de energia, por temor dos GCAs.

Várias organizações comunitárias, por sua vez, argumentam não ser possível que os moradores exijam ser respeitados como cidadãos, mas não cumpram os deveres inerentes à vida cidadã, no momento de pagar os impostos e taxas. Elas, todavia, reconhecem as dificuldades de os moradores realizarem os pagamentos do conjunto de impostos que recai sobre o cidadão de uma cidade como o Rio de Janeiro. A obrigatoriedade de seu pagamento, em condições normais, poderia gerar um processo real de retirada dessas populações dos espaços mais centrais da cidade – processo denominado historicamente com a expressão, considerada politicamente incorreta, de **expulsão branca**.

Desse modo, elas defendem a necessidade de se construir uma estratégia de oferta desses serviços que leve em conta a realidade econômica dos moradores e garanta o pagamento às empresas e aos órgãos estatais – seriam as taxas e tarifas **sociais**, de menor valor, dirigidas para a manutenção dos serviços oferecidos. Assim, os residentes nas favelas e outros espaços populares teriam o direito de cobrar por um serviço de melhor qualidade e serem incorporados de forma mais integral ao conjunto da cidade. Assim, o pagamento de taxas e impostos nas favelas é uma questão profundamente controversa nesses espaços e demanda uma postura criativa e propositiva do Estado e das concessionárias, para se chegar a uma solução do problema que seja adequada a todas as partes.

Uma presença impactante para os visitantes da Maré é a dos adolescentes e jovens que circulam armados, principalmente no início da noite. Em motos que vêm e vão, quase sempre em alta velocidade, nas ruas repletas de gente, eles buscam afirmar o seu poder e gerar respeito, temor e/ou admiração das meninas, através da demonstração de fuzis ou pistolas, naturalmente colocadas à vista. Para os moradores, a presença dos jovens armados tende a ser vista da mesma forma como são vistos os policiais no conjunto da cidade: com **naturalidade**. Provoca maior estranhamento, e maior tensão, a presença dos agentes repressivos do Estado circulando nas ruas da favela, o que só ocorre, em situações normais, durante o dia: expressando tensão e desconfiança, com o fuzil apontado, dedo no gatilho, eles estão sempre prontos para atirar, o que coloca em risco todas as pessoas que por ali circulam, explicando a revolta da população com cada notícia recorrente de **balas perdidas** que atingem inocentes.

O fato de se naturalizarem a presença dos jovens armados não quer dizer que a população reaja com satisfação à exibição das armas; os chefes do tráfico que controlam esse tipo de prática, ou a proíbem, são mais respeitados pela população local. Há um lado pragmático nessa exibição: de acordo com o chefe de um dos grupos criminosos da Maré, a circulação de armas, em particular de fuzis, é um alerta – uma estratégia dissuasória – para inimigos, visto que outras facções enviam **X-9s** (espiões), para avaliarem a capacidade do grupo local de defender o seu território<sup>112</sup>.

O espaço da Maré é plano (com exceção do espaço do Morro do Timbau) fato que favorece a mobilidade das pessoas e dos veículos. Desse modo, há uma liberdade significativa para a circulação de pessoas de fora da localidade, em especial durante o horário comercial, nos dias de semana. Essa facilidade de circulação nos espaços locais, em geral, coloca em questão um dos grandes temores das populações que não residem nas favelas: o direito de nela circularem em segurança. É muito comum para os que trabalham com organizações sociais nas favelas terem de lidar com situações cotidianas de preconceito, indelicadezas e exigências descabidas, em função da ignorância das pessoas da cidade, em geral, sobre as condições de vida cotidiana na favela. O sentimento de que há um risco de morte iminente, em função do simples ato de entrar na favela, é muito comum. O medo é irracional e diferentes formas de violência simbólica são sofridas pelos que moram ou trabalham nas favelas, em função das representações tradicionais. Em geral, há uma postura de recusa em conhecer a favela e de indignação pelo fato de outras pessoas fazerem isso ou se propuserem a conhecer esse espaço da cidade.

Nos casos de algumas pessoas que se propõem a entrar na favela, muitas vezes por necessidade profissional, há a exigência – o termo é esse – de garantia da **segurança** absoluta para o ingresso na favela<sup>113</sup>. Ignora-se, quase sempre, que, nesse caso, os moradores locais correm os mesmos riscos, em caso de um eventual conflito; que não há uma ligação direta com os grupos criminosos armados e um controle de suas atividades; que há, por outro lado, sentido na ação

---

<sup>112</sup> “Isso aqui está um paraíso!” A fala é ouvida com frequência em diversos momentos de ocupação da Maré por grandes contingente de forças policiais e/ou militares; o fato implicou, por curtos períodos, o fim da prática de circulação de jovens armados e do consumo ostensivo de drogas; o sentimento coletivo era de alívio e segurança. Minha experiência cotidiana revela que a população local anseia, profundamente, por segurança e tranquilidade.

<sup>113</sup> A morte atroz, em abril de 2002, do jornalista Tim Lopes, identificado como X-9 por traficantes do Complexo da Penha, ampliou e consolidou essa representação.

cotidiana dos jovens criminosos e que a favela não é um espaço dominado pela irracionalidade, barbarismo e violência caótica etc, mas por regras de relações sociais estabelecidas e reconhecidas pelos moradores<sup>114</sup>.

Na verdade, para aqueles que não estão acostumados a lidar com a favela, o seu cotidiano parece dominado pela agressividade e pela desordem. Não é casual, portanto, que a maior parte dos moradores da cidade considere que a maioria da população da favela é envolvida em atividades criminosas, em particular com o tráfico de drogas ou com roubos<sup>115</sup>.

Os estereótipos assinalados fazem com que o morador da favela assuma uma postura ambígua em relação ao reconhecimento da sua condição de morador. Quando é conveniente – no caso, por exemplo, da conquista de algum benefício social - , ele se declara morador da favela. No caso, contudo, da busca de um emprego, ele oferece outro endereço, em geral de um bairro formal, para não ser estigmatizado.

Chama a atenção, no caso da Maré, a força da sociedade civil e das igrejas: várias organizações sociais se distribuem pelas comunidades, desenvolvendo ações assistenciais, educacionais, culturais e de pesquisa, além de ações voltadas para a geração de trabalho e de renda. Nesse sentido, os moradores da Maré, principalmente os adolescentes e jovens, têm muito mais facilidade de acesso a cursos gratuitos que ampliam suas possibilidades sociais, mais do que a maioria dos moradores dos bairros vizinhos. Isso porque as favelas atraem muito mais projetos sociais, além de, em função das suas demandas históricas, terem uma

---

<sup>114</sup> O processo de estabelecimento das práticas de regulação social na favela é complexo e envolve diferentes atores. Em tese, o chefe do grupo criminoso armado, em especial o do **tráfico**, tem um poder autocrático, não precisando consultar as pessoas para suas decisões. A sua legitimidade, todavia, vem do grau de aceitação da população de suas decisões. Assim, há um processo recíproco de exigências, quase nunca explícito, de comportamentos e compromissos cotidianos. Assim, os traficantes têm um sentimento de indignação absoluta com a questão da delação; os moradores, por seu lado, assim como muitos integrantes do tráfico, ficam irritados quando a favela está **bagunçada** – situação em que as coisas não estão funcionando dentro da necessária **ordem**, com o devido respeito ao morador. A existência de roubos ou atos afins na favela, por exemplo, representa uma situação de desmoralização para o chefe do grupo criminoso, representação assumida pelo conjunto da população – tanto moradores como os integrantes da quadrilha.

<sup>115</sup> Em uma atividade desenvolvida na REDES, em 2009, denominada “representação e estereótipos sobre as favelas e seus moradores”, algumas pessoas residentes em bairros nobres da cidade que estavam presentes afirmavam haver, no mínimo, 20% da população local envolvida em atividades criminosas – tais como tráfico e roubos. Como isso representaria quase 30.000 pessoas, apenas na Maré. Essa situação evidenciava a distância entre a realidade e a representação. Já ouvi depoimentos **generosos** que afirmavam ser uma minoria o número de criminosos nas favelas, cerca de 30% de seus moradores (sic!). De fato, a representação difusa, entre a população que não reside na favela, é de que os seus residentes são criminosos ou coniventes com essas atividades.

experiência de organização comunitária mais abrangente e articulada. O mesmo ocorre no caso das igrejas, tendo em vista o forte investimento de diversas denominações, em especial as neopentecostais, no espaço local.

Um aspecto central na vida cotidiana da favela da Maré, como a maioria daquelas dominadas por grupos criminosos armados, tem sido, historicamente, o alto grau de segurança em relação ao patrimônio, fato raro de se conceber em outros espaços da cidade: não há o temor do morador em ter sua casa assaltada; ser roubado na rua; ter seu carro furtado. Da mesma forma, há uma feroz repressão a crimes como estupro e similares. Como foi assinalado anteriormente, o **papel de polícia** dos grupos criminosos armados é desempenhado com eficiência, em função, principalmente, de sua forte capacidade intimidatória. Além disso, contribui para a estabilidade nesse campo o fato de as pessoas envolvidas em atividades criminosas, tais como furto ou assalto, temerem colocar em questão sua identidade e permanência no espaço local, além da incorporação de, em certa medida, de uma **ética comunitária**, que desaprova fortemente os criminosos que, porventura, ousem roubar em sua própria favela.

Por outro lado, é comum que jovens criminosos de outras favelas de facções rivais à dominante busquem realizar assaltos ao comércio local, a fim de desmoralizar o grupo local. Outro fato significativo tem sido o crescimento de roubos nas casas, em períodos mais recentes. O fato se associa ao processo de liberação e crescimento da venda de *crack* na favela. A droga esteve proibida de ser vendida nas favelas cariocas, durante muito tempo, justamente em função da dificuldade de controlar os seus efeitos sobre os usuários, em especial os que atuam no tráfico de drogas. Nos últimos anos, aparentemente devido à aliança estabelecida entre o Comando Vermelho, do Rio de Janeiro, e a facção Primeiro Comando da Capital (PCC), de São Paulo, a droga passou a ser comercializada em muitas favelas dominadas pela facção carioca. Os efeitos provocados pelo *crack* são devastadores e seu uso tem desestabilizado determinações historicamente construídas, em particular a proibição de roubos na favela<sup>116</sup>.

Devido, então, ao aumento do grau de criminalidade contra o patrimônio na Maré, algumas áreas, principalmente as comerciais, criaram uma equipe

---

<sup>116</sup> O efeito do *crack* tem sido de tal medida danoso que um dirigente de um dos grupos criminosos da Maré mandou uma mensagem para uma instituição da Maré solicitando que ela fizesse uma campanha contra a droga, em função dos danos que ela estava provocando em muitas famílias da favela.

permanente de **segurança**. A equipe presta serviços durante o dia para o comércio local, em troca de pagamentos realizados de forma regular, mensal ou semanalmente. À noite, período em que os integrantes dos grupos criminosos estão circulando nas ruas, não há segurança profissional<sup>117</sup>.

O fato mais marcante da Maré, todavia, e o que melhor permite sua caracterização como uma favela típica carioca, é o fenômeno da violência armada. O domínio dos grupos criminosos, em função de sua forte rivalidade, é sentido no cotidiano de cada localidade, em particular através da presença bélica. As investidas frequentes da polícia são um fator a mais para a instabilidade da vida cotidiana local, e o temor permanente de uma troca de tiros sempre possível.

A complexidade do problema pode ser demonstrada em um exemplo curioso: durante um determinado período, em alguns dias da semana, as aulas do pré-vestibular da REDES eram atrapalhadas em função de troca de tiros entre policiais e membros de uma facção criminosa. Em função da gravidade do fato, que já impedia muitos estudantes de irem ao curso, uma comissão de diretores da instituição foi solicitar ao chefe do tráfico que evitassem o problema, visto os danos que causavam ao trabalho pedagógico. O mesmo argumentou que o problema era uma guarnição de policiais **crentes**, evangélicos, que não aceitavam propina e partiam para o enfrentamento com os jovens do tráfico. A situação reflete um paradoxo: no ato de respeito à lei e à ética, os policiais colocavam em risco os moradores e contribuía para agravar as condições de violência. Qual o sentido dessa prática, no limite?

De fato, a transformação da favela em uma arena de enfrentamento de grupos armados, criminosos e estatal, tornou-se o principal fator de desestabilização do cotidiano dos moradores. Ele define a rotina dos pais, muitos dominados pelo temor permanente de deixar seus filhos brincarem nas ruas, restringe as possibilidades de circulação no interior da Maré e fora dela – visto o fato de muitos adolescentes e jovens temerem ser agredidos por indivíduos de outras favelas. Os interditos espaciais derivados da luta interna da favela se expandem, subjetiva e objetivamente, para outros territórios da cidade e marcam a rotina das escolas, visto a dificuldade de seus profissionais, em geral oriundos de

---

<sup>117</sup> O valor do pagamento é de acordo com o movimento do comércio e com o risco de assalto. Assim, uma casa lotérica, que mexe, atualmente, com grande quantidade de recursos, paga bem mais do que um consultório médico ou dentário, por exemplo. O valor pago, cabe ressaltar, é bem menor que o cobrado por empresas regularizadas de serviço de segurança.

outros espaços da cidade, não se sentirem à vontade para trabalhar no cotidiano de uma troca de tiros imprevisível e sempre possível.

O aspecto mais curioso da vida cotidiana na favela é o fato de a imensa maioria das violências percebidas vincular-se à dinâmica do conflito entre os grupos armados. Apesar da presença de conflitos de variadas ordens, há uma percepção muito centrada nas ações dos grupos armados. No caso da venda e do consumo público de drogas, que podem ser algo agressivo de acordo com a forma de como são feitos, são práticas presentes no cotidiano em uma intensidade que varia de acordo com a localidade. Durante muito tempo, os chefes do tráfico da Maré não permitiram o consumo de drogas em vias públicas, mas, com o tempo, essa determinação foi sendo afrouxada. Há, naturalmente, outras formas de violência, em particular a doméstica, mas elas chamam menos a atenção no cotidiano.

A descrição das práticas cotidianas dos moradores da Maré permite que vislumbremos, de forma mais concreta, conceitos e proposições centrais que venho discutindo no trabalho: o processo de construção do *habitus*, afirmado por Bourdieu (1989; 2004); a vivência cotidiana marcada pela experiência particular, nos termos de Heller; as condições para o processo de **banalização do mal**, afirmado por Arendt (1963); as formas de **particularização e presentificação** da existência afirmadas por Silva e Barbosa (2005), etc. Há um processo de incorporação de práticas sociais estabelecidas, que passam a fazer parte das lógicas afirmadas pelas sucessivas gerações. A construção de novas formas de exercício de cidadania exige, portanto, que as práticas em pauta sejam devidamente reconhecidas e valorizadas. Nos casos, todavia, que essas práticas não sejam consonantes com os valores fundamentais de um projeto cidadão de mundo social, cabe o estabelecimento de estratégias que permitam sua transformação efetiva.

A construção de ações desse tipo exige o esforço integrado de agentes de variados tipos: instituições públicas e privadas, lideranças comunitárias, organizações sociais etc. Uma das entidades mais importantes nesse processo é, sem dúvida, a polícia, em especial a que atua na Maré – no caso, a Polícia Militar. Por isso, ela é a instituição central no presente estudo; logo, sua instalação no local, suas ações cotidianas e as representações dos diversos agentes locais sobre elas serão apresentadas e analisadas de forma mais detida a partir de agora.

## 5.4

### O Batalhão da Polícia Militar na Maré

A transferência do 22º Batalhão de Polícia Militar, em 30 de junho de 2003, do bairro Benfica, onde estava instalado desde 17 de março de 1989, para a Maré, foi um evento acompanhado de muitas controvérsias. A idéia de um Batalhão Comunitário começou a ser pensada no início do Governo de Anthony Garotinho (1999-2002), no âmbito de um inovador programa de segurança pública. O programa em elaboração era coordenado pela Subsecretaria de Pesquisa e Cidadania, dirigida, na ocasião, pelo pesquisador Luiz Eduardo Soares, que se tornou o principal especialista em segurança pública do país<sup>118</sup>.

A idéia de implantar batalhões comunitários, na sua origem, tinha como fundamento o estabelecimento de um novo conceito de patrulhamento em área de favelas. O princípio era o de recrutar nas próprias áreas onde o batalhão seria implantado os soldados que iriam atuar no trabalho direto com a população. O pressuposto de escolher e formar profissionais da segurança segundo a área de origem onde o batalhão estaria inserido tinha como justificativa básica, de acordo com a equipe que defendia a materialização da iniciativa, o fato de que o Estado estaria atuando num grave problema social: a falta de oportunidades para os jovens, entre quinze e vinte e cinco anos, moradores de favelas, muitos deles recrutados pelo tráfico de drogas.

De acordo com Soares, a concepção defendida, então, era de que os batalhões seriam instituições, como tantas outras do Estado instaladas nas favelas, voltadas para oferecer serviços no campo do treinamento profissional, como uma agência de empregos, com atendimento na área da saúde, focado na questão dos usuários de drogas, além de ser um local que abrigaria diferentes conselhos voltados para a garantia dos direitos das mulheres, das crianças e adolescentes e para a luta contra a discriminação sexual e racial. Essas atividades seriam realizadas em parceria com diferentes órgãos do governo, sendo fundamental a integração e a compreensão de que o enfrentamento do problema da violência só

---

<sup>118</sup> Como já foi dito, Luiz Eduardo participou do Governo Garotinho entre janeiro de 1999 e março de 2000. No período, ele foi o formulador de uma série de medidas inovadoras no campo da segurança pública, tais como as Delegacias Legais; o investimento na produção de dados e do trabalho com a inteligência e tecnologia para se enfrentar a criminalidade; novas formulações a respeito dos vínculos entre segurança pública e direitos humanos; sobre o enfrentamento do fenômeno dos grupos criminosos armados; e por fim, para não ser exaustiva, sobre a questão da descriminalização das drogas etc. Cf. Soares, 2000.

poderia ocorrer se houvesse uma priorização de todas as instâncias do governo de se trabalhar neste sentido (Soares, 2000, p. 289).

Ocorre que para a implantação de um equipamento com as características do batalhão comunitário nas favelas seria necessário, primeiramente, que o governo tomasse algumas medidas preliminares, quais sejam:

- a) a contratação de um contingente maior de policiais, em torno de quatro mil e oitocentos na época, todos oriundos das favelas. A meta era que houvesse um policial para cada duzentos e cinquenta moradores, conforme sugere as normas de padrão internacional;
- b) a localização dos batalhões comunitários teria como critério de escolha as áreas que oferecessem maior risco em termos de violência;
- c) os novos policiais não precisariam ter, necessariamente, um alto grau de escolaridade.

A formação seria oferecida nos primeiros anos de trabalho como policial. A prioridade de estudos seria oferecer conteúdo de educação cívica, através de cursos específicos e de curta duração, voltados para a compreensão da função social que o policial deveria ter. O acompanhamento dos policiais, nos primeiros anos de trabalho, por parte da sociedade, seria feito por homens e mulheres da terceira idade, moradores das mesmas áreas onde os policiais seriam selecionados. Aqueles funcionariam como tutores, cada um se responsabilizando por cinco dos jovens selecionados. Antes da implantação do batalhão, a polícia teria que ocupar a favela, retirando os grupos armados que dominavam o território. Havia ainda a proposta de se terceirizar um leque de atividades para pessoas daquelas localidades. Ou seja, a proposta era criar formas de se ter os moradores das favelas participando de forma cotidiana das atividades do Batalhão, seja através do trabalho em ações específicas, seja como integrante dos conselhos ali existentes (Soares, 2000, p. 289).

A proposta de Batalhão Comunitário nos moldes referidos acima foi bastante discutida dentro do governo, sendo bem recebida pelo governador, mas questionada por alguns dos integrantes da cúpula da segurança pública. A Maré foi o local definido para a construção do novo órgão, embora fosse também apresentada a proposta de sua instalação na favela Cidade de Deus. A aceitação pelos moradores das favelas, ainda pelos relatos de Soares, à ocasião, teria sido muito positiva. O sentimento de esperança expresso à equipe da Subsecretaria de Pesquisa e Cidadania, quando das visitas às favelas para discussão da proposta do batalhão

comunitário, era animadora. Contrariando o senso comum, que apontaria para o desinteresse dos residentes em favelas em se envolverem nas questões pertinentes à segurança pública, os técnicos do governo viam, ao contrário, um interesse direto, bem como uma forte preocupação para que a questão fosse tratada sob uma ótica diferenciada da trabalhada até então.

Sendo, todavia, o **bairro** Maré constituído por dezesseis favelas, o que acabou determinando o local onde o batalhão foi implantado? Como a decisão de sua implantação chegou até aos moradores, às pessoas envolvidas em atividades criminosas e às instituições locais?

São muitas as versões que há em torno da implantação da instituição na Maré. A primeira notícia de construção de um batalhão na Maré veio carregada de dúvidas. As informações chegavam de forma dispersas; de “cima para baixo”, sem uma definição clara de qual o sentido, quem as propunha e como se pretendia materializar a proposta.

Eu era presidente da Associação quando o administrador regional da Maré me falou que iriam construir um batalhão na Maré. Levei um susto. Um batalhão dentro da favela? Como e por que resolveram colocar aqui dentro? Quando ele me falou que seria na fronteira, perto da Região Administrativa, aí é que fiquei admirado. Como colocar um batalhão justamente onde os bandidos de facções diferentes trocam tiros? Achei tudo aquilo muito esquisito. Pensei com meus botões: isso é mais uma daquelas jogadas políticas (Entrevista com Presidente de uma Associação de Moradores da Maré, 2008).

A primeira idéia do governo era construir o Batalhão da Maré nas imediações das favelas Nova Maré, Parque Maré e Baixa do Sapateiro. Nessa região, estão localizados o Centro Comunitário de Defesa da Cidadania (CCDC), a Região Administrativa (RA), a Lona Cultural Herbert Viana, dois centros integrados de educação pública (CIEP), denominados Elis Regina e Samora Machel, e parte do complexo esportivo Vila Olímpica da Maré. O preocupante é que a área proposta é, justamente, a fronteira entre facções criminosas rivais, apresentando um grande número de conflitos armados envolvendo os **comandos**. Em função disso, há um grande temor dos moradores da Maré em circularem nessa **fronteira** – o que gera, inclusive, a desvalorização imobiliária nas proximidades. O argumento apresentado foi que o local escolhido deveria acolher mais esse equipamento público, no intuito de gerar o apaziguamento daqueles conflitos. O que não vinha ocorrendo, pelo fato de já ter as outras estruturas públicas em funcionamento no local, há algum tempo.

Na realidade, a troca de tiros, as mortes e ferimentos em moradores que se aventuravam a transitar na região, em diferentes ocasiões, foram significativos. A questão era tão grave, que as duas escolas localizadas naquela área, durante um tempo considerável, foram atingidas por tais brigas, de modo que, no horário noturno, os grupos ocupavam determinadas partes dos CIEPs e de lá trocavam tiros com os rivais. Havia – e ainda há – uma clara dificuldade de se criarem as condições de segurança para o bom funcionamento dessas instituições.

Eu moro no final da rua principal, próximo aos CIEPs e ao CCDC. Já vivi muitos momentos difíceis ali, eu e minha família. Não deixo meus filhos saírem à rua de jeito nenhum. Vi muitas tentativas de um lado invadir o outro. Eu ficava apavorada, me jogava no chão com os meus filhos. Depois de oito horas da noite, ninguém mais sai para a rua. Os CIEPs, nossa senhora, os bandidos entravam para lá. Não sei por que os portões ficam abertos, é assim até hoje. Eu já vi aqui esses moleques fumando maconha na quadra dos CIEPs, no horário que as crianças estão estudando (Entrevista com moradora do Parque Maré, 2009).

Na fala da moradora, percebe-se a gravidade do problema que passam os que residem próximos às áreas nucleares de conflitos nas favelas. Foi num espaço com essas características que foram feitos os primeiros estudos para se implantar o batalhão na Maré. De certo modo, fazia sentido pensar na colocação de um equipamento de segurança, numa área com histórico de violência e necessitando de uma ação prioritária do Estado. Mas, ao fim, por razões de segurança do contingente de profissionais que trabalhariam no batalhão, pelo fato de o terreno ser pequeno para abrigar um equipamento para cerca de mil homens e por se avaliar as condições desfavoráveis para a logística cotidiana, em especial o ir e vir dos policiais, o governo estadual optou por instalar o batalhão da Maré numa área contígua à Vila Olímpica local, de frente para a Linha Vermelha, na favela Nova Holanda.

O processo de discussão em torno da implantação do Batalhão na Maré reuniu diversas vezes as associações de moradores e determinados órgãos de governo. Havia uma clara intenção, por parte dos setores de segurança, de envolver algumas instituições locais, a fim de conseguir o apoio para implantar um tipo de equipamento em uma região onde grupos criminosos controlam a vida dos moradores. A cessão do terreno à Secretaria Estadual de Segurança Pública para construir o Batalhão da Maré foi feita pela Prefeitura do Rio de Janeiro, que tinha a propriedade dos dois espaços avaliados.

O ponto crítico que envolveu a mudança de local do Batalhão na Maré, na época, foi o fato de que a opção pelo novo espaço restringiu as possibilidades de ampliação da Vila Olímpica da Maré, pois a instituição possui alguns equipamentos, tais como piscina e quadras nas margens das favelas Baixa do Sapateiro, Nova Maré e Morro do Timbau, que é dominada por uma facção específica – Terceiro Comando. O fato dificulta, para muitos moradores, em especial os adolescentes e jovens, de Nova Holanda, Rubens Vaz, Parque Maré e Parque União – dominadas pelo Comando Vermelho – o acesso aos benefícios da Vila Olímpica, em função do temor de exercitar o direito fundamental de ir e vir, de circular nos diferentes espaços da Maré. No momento, há cada vez mais moradores dessas favelas frequentando a Vila Olímpica, principalmente adultos e idosos, mas para as crianças, os adolescentes e os jovens ainda há um grande receio.

Nós aqui da Nova Holanda, Parque Maré e Ruben Vaz, onde tem o Comando Vermelho, praticamente não frequentamos a Vila Olímpica. Eu não deixo meus filhos irem lá fazer nenhum esporte, pois eu tenho medo de confundirem e matarem eles, só porque moramos aqui. Lá onde tem a Vila Olímpica quem comanda é uma facção rival (Moradora da Nova Holanda, mãe de três crianças, 2008).

O descontentamento com a mudança do local originalmente pensado para a construção do Batalhão na Maré foi tão sério, que houve um protesto fechando as vias expressas Linha Vermelha e Avenida Brasil, duas das principais vias do Rio de Janeiro. A manifestação, realizada por moradores de localidades dominadas pelo Comando Vermelho, tinha como objetivo público reclamar pelo fato de o Prefeito, na ocasião César Maia, ter cedido ao Governo do Estado o terreno que seria para a ampliação da Vila Olímpica. O protesto resultou em um enfrentamento dos moradores com a polícia, que provocou ferimentos em vários moradores, além da morte de um jovem de vinte e dois anos. Os meios de comunicação veicularam, à época, que o ato contra a construção do Batalhão na Nova Holanda teria sido incitado por traficantes do Comando Vermelho. Não se sabe ao certo se houve a participação na iniciativa de pessoas envolvidas com a facção criminosa; todavia era inegável o sentimento de frustração de uma parcela dos moradores, por ver um equipamento público com uma função social, considerada fundamental para a região, ser substituído por outro considerado de

utilidade discutível, devido às dúvidas sobre sua capacidade – ou interesse da Secretaria de Segurança – em reduzir as condições de violência da Maré.

À tarde, o clima no complexo<sup>119</sup> era de guerra. Os moradores da Nova Holanda, uma das sete favelas (sic!) da Maré, ocuparam pistas da Avenida Brasil e da Linha Vermelha, para protestarem contra a construção do batalhão da PM. Eles argumentavam que o batalhão vai ocupar um terreno da prefeitura que estava destinado a sediar a segunda parte da Vila Olímpica do complexo. Convocados para desimpedir o tráfego, policiais da tropa de choque da PM deram tiros para o alto e lançaram bombas de efeito moral. Os manifestantes correram assustados. Amaro Domingues, presidente da Vila Olímpica da Maré, disse que os moradores querem a construção do novo batalhão entre a Nova Holanda e a vizinha favela do Timbau<sup>120</sup>. O tráfico nas duas comunidades, separadas por apenas uma rua, é dominado por facções rivais: na Nova Holanda, o Comando Vermelho; no Timbau, o Terceiro Comando (**Folha Online**, 29/08/2001).

Uma semana depois do conflito entre moradores da Nova Holanda e a polícia, que deixou morto um jovem de 22 anos, representantes das associações de moradores e favelados disseram à reportagem que o protesto contra a construção do batalhão não foi orquestrado por traficantes, como havia afirmado a Secretaria de Segurança Pública do Estado (**Folha Online**, 06/09/2001).

Um argumento curioso no quadro da polêmica sobre o local adequado ao Batalhão na Maré foi utilizado pelo Coronel Lucílio Mota Leal, responsável pela Comissão de Obras da Secretaria de segurança Pública, na época. Questionado pela transferência do local inicialmente pensado, já que a colocação de um equipamento de segurança pública na chamada área de fronteira contribuiria para pacificar os grupos em conflitos, ele, em fala à imprensa no período, ironizou:

O coronel afirmou que o primeiro terreno não tinha espaço suficiente para abrigar um batalhão com 1000 policiais. Ele disse também que a Secretaria de Segurança não legitima o argumento dos moradores que querem que o quartel seja instalado na chamada “fronteira” entre as facções rivais. “Consideramos que Terceiro Comando e Comando Vermelho são apenas auto-denominações. O único CV que eu conheço é o Chapeuzinho Vermelho, das histórias infantis”, afirmou (**Folha Online**, 06/09/2001).

Tendo recebido o aceite da Prefeitura do Rio de Janeiro para a construção do Batalhão na nova área, a Secretaria Estadual de Segurança Pública iniciou, apesar dos questionamentos, as obras ainda em 2001. A construção transcorreu durante o ano de 2002 – quando a vice-governadora Benedita da Silva assumiu a gestão por um período de nove meses – sendo inaugurado somente em junho de

---

<sup>119</sup> Forma usual de tratamento para conjunto de favelas - Maré, Alemão, Penha etc - tanto pela imprensa como por muitos moradores.

<sup>120</sup> Na verdade, a localidade vizinha é chamada Baixa do Sapateiro; o Timbau fica ao lado desta.

2003, pelo então governo de Rosinha Garotinho, que tinha como secretário de segurança o marido, Anthony Garotinho.

O modelo de funcionamento do Batalhão, inicialmente previsto para ser comunitário, foi sendo revisto ao longo de sua construção. Um evento contribuiu de maneira definitiva para a mudança de seu formato de funcionamento: no dia dezessete de abril de 2003, um microônibus com policiais do 22º Batalhão que chegava à Baixa do Sapateiro, precisamente na área denominada *Praça do Dezoito*, foi atacado por um bando, que disparou tiros contra o veículo. O motorista perdeu o controle da direção e caiu em um *valão*, ficando seis policiais feridos. Esse ataque gerou uma resposta violenta da polícia, que ocupou a favela, até conseguir prender os responsáveis pela afronta.

Eu trabalho no Batalhão da Maré desde a sua fundação. Na realidade, eu fiz um curso sobre como atuar dentro das comunidades carentes (sic!). Igual aquele projeto do Morro do Cavalão, o GPAE. Mas depois mudaram o projeto aqui da Maré e resolveram que seria um Batalhão com a mesma organização como em qualquer bairro da cidade. Eu não sei exatamente porque resolveram mudar, mas o projeto inicial era isso aqui ser diferente do que é hoje (Sargento do 22º. Batalhão de Polícia).

Eu não estava aqui no período da inauguração do Batalhão da Maré. O que soube é que, após o microônibus da polícia ser atacado por traficantes da Baixa do Sapateiro, o comando da Secretaria de Segurança Pública definiu que ele funcionaria como qualquer outro. Aquele incidente apressou a inauguração e a transferência do 22º Batalhão de Benfica para essa estrutura aqui (Comandante do 22º Batalhão de Polícia).

O 22º Batalhão de Polícia, da Maré, foi o primeiro equipamento desse porte numa favela no Rio de Janeiro, quiçá no país. Cabe salientar que o Batalhão está na Maré, mas sua área de abrangência é bem superior, atendendo um conjunto de bairros e favelas da região. Na sua atual estrutura, ele tem o contingente de seiscentos e noventa e nove policiais, de diferentes patentes, segundo o setor de estatística do órgão. O efetivo destacado para o atendimento, exclusivamente, das dezesseis favelas da Maré é de trinta e seis profissionais, os quais estão distribuídos nos Postos de Policiamento Comunitário (PPC) localizados na Praia de Ramos, Vila do João, Baixa do Sapateiro e Parque União – havia também um posto na Nova Holanda, fechado no início da década de 1990.

Apesar de ter modificado o seu modelo inicial, havia uma preocupação por parte da Secretaria de Segurança Pública de estabelecer algum tipo de relacionamento do Batalhão com os moradores. No início do seu funcionamento

foi, então, organizada uma sala com computadores, a fim de oferecer cursos gratuitos na área de informática e acesso à internet para os moradores. O projeto, entretanto, não durou muito tempo, pois não houve adesão por parte dos moradores, que temiam frequentar o Batalhão.

Eu moro em frente ao Batalhão. Logo que ele veio se instalar aqui, fiquei pensando por um momento que seria bom ter a polícia por aqui, porque os bandidos iriam ficar com medo de colocar boca de fumo aqui perto da minha casa. Mas, quando aconteceu dele começar a funcionar, eu vi que é um perigo morar tão perto dele. Hoje eu me sinto ameaçada e com medo de ficar na minha porta. Tenho medo de algum policial vir pedir alguma coisa e os bandidos acharem que eu tô “caguetando”, entende? (Moradora da Rua Tancredo Neves, em Nova Holanda).

A dificuldade de aproximação dos profissionais que atuam no Batalhão com os moradores da Maré é algo muito profundo, sério e complexo. Está muito além da simples percepção de uma falta de entrosamento localizado, que possa ser superado através do estabelecimento de ações pontuais de assistência no campo social, por exemplo. É algo historicamente construído, entranhado e visceral, que domina os corpos e vai além da racionalidade.

Eu não consigo imaginar os moradores respeitando a polícia e procurando ela para pedir ajuda em alguma coisa. Eu tenho medo da polícia. Eu acho que ela quando chega perto é só para ter algum tipo de vantagem. Eu cresci vendo a polícia bater em muitos moradores que não tinham documentos, que respondiam quando eram parados. Às vezes, via que o polícia tinha raiva da gente. Eles nem olham direito na nossa cara. Já chegam falando alto, grosso e pensando que a gente aqui é bandido. Isso causa muita raiva, revolta; eu não sei pra que existe polícia! (Moradora da Favela Parque União).

A questão fundamental se coloca no campo da legitimidade e da crença de que a Polícia possa atuar de acordo com os interesses fundamentais dos moradores da favela. A mesma postura, como mostrarei com mais profundidade no desenvolvimento do trabalho, se manifesta na atitude dos policiais.

Eu trabalho no Batalhão da Maré, mas não vejo esse batalhão como sendo da favela. Para mim, do jeito que a gente trabalha aqui, poderíamos estar em qualquer outro lugar. Eu não tenho a menor idéia do que acontece de fato aí dentro. Eles não vêm aqui e nós não vamos lá. Também não vejo como ser muito diferente. É impossível a polícia agir como deveria, pois a população aqui não quer uma polícia que aja com rigor e, de fato, cumpra o seu dever. Para eles, a polícia tem que ficar fazendo ação social, coisa que não é papel da polícia (Policial atuante no Batalhão da Maré).

Como se pode ver nos discursos apresentados, há algo comum na fala do morador e do policial: ambos não acreditam que o trabalho da polícia possa ser

útil e necessário aos moradores da favela. Na realidade, o morador da Maré não identifica qual seria o papel que a polícia poderia cumprir no sentido da segurança pública. Há um hiato profundo entre o que poderia ser o trabalho do policial e a demanda indiscutível dos moradores por segurança. Nesse caso, aparentemente, somente ações abrangentes, regulares e de longo prazo criarão as bases para a superação da relação histórica de desconfiança.

Em outros momentos, e em alguma medida, alguns PPCs eram vistos de forma diferenciada, com maior proximidade:

Os policiais de antigamente eram bem diferentes. Eles tentavam ser amigos dos moradores. Alguns conversavam conosco. Ajudavam os moradores quando precisavam. Participavam das festinhas que nós fazíamos na rua. Eles paqueravam na comunidade. Eu sei de policial que se casou aqui na comunidade, porque trabalhava no posto policial. Quem não lembra do Mangureira na Nova Holanda? Claro que o pessoal que é novo, que se sente todo o tempo com medo, não vai se lembrar do polícia Mangureira, até porque nem conheceu. Mas ele era um policial bem pretinho, bem simpático que brincava com as crianças e que não metia medo em ninguém (Morador de Nova Holanda).

Da mesma forma, os postos eram mais frequentados pelos moradores, que iam fazer reclamações, as quais o policial tentava resolver ali mesmo ou, em algumas situações, prendia o acusado em um cárcere provisório, até ele ser levado à 21ª Delegacia de Polícia, onde são registradas as ocorrências da Maré. Apesar disso, o grau de autoritarismo e arbitrariedade era muito presente e dominava muitas práticas policiais, o que indignava a população:

Quando eu era criança, tinha um posto policial bem próximo a minha casa. Eu vi muitas coisas acontecerem lá, tanto para o bem quanto para o mal. Certa vez vi um policial parando um rapaz que estava passando em frente ao posto. Quando o rapaz parou, ele mandou o rapaz levantar as mãos e começou a revistar os bolsos e tudo que ele tinha. A seguir, o policial baixou as calças do rapaz, fazendo ele ficar só de sunga no meio da rua. Nossa, eu fiquei assustada, vendo a hora do rapaz se revoltar e começar a maior briga. Pensa só que falta de respeito e que vergonha o policial fez o morador passar: ele teve de abotoar as calças e pegar tudo que tinha na mochila, inclusive a marmita, pois estava chegando do trabalho (Moradora da Nova Holanda).

Uma vez, entraram no posto policial e roubaram as armas dos policiais e mais alguma coisa; depois, prenderam os policiais com cordas nos postes em frente ao posto. Para tirar os policiais dos postes, foi preciso vir um camburão correndo. Achei bem feito para os policiais. Eles batiam muito nos moradores (Moradoras da Nova Holanda).

Os Postos de Policiamento Comunitário ainda existentes perderam, de qualquer forma, todo o sentido de um equipamento de segurança pública, que

deveria ser o primeiro espaço de contato dos moradores com a polícia. Ao invés dessa função, os postos existentes são locais degradados – alguns profundamente insalubres. Os policiais não possuem condições dignas de trabalho, permanecendo no horário do plantão – no caso da estrutura da Vila João, por exemplo – dentro do local, fechados com o cadeado no portão, sem qualquer contato com a população, que também não se aproximava do local. Uma situação incompreensível, pois seria necessário e positivo ter postos avançados qualificados de policiamento dentro das favelas, de modo que oferecessem suportes para um leque de ações integradas, além de estabelecerem uma relação orgânica com os moradores.

Eu confesso que trabalho aqui no PPC com medo. Tenho medo de entrar aqui e sair morto. Me pergunto o que eu estou fazendo aqui, já que ficamos acuados. Os moradores não vêm aqui. Nós também não temos nada para fazer, a não ser quando há algum conflito na comunidade e nós somos uma espécie de retaguarda para os policiais em determinadas operações pontuais. Fora disso, a gente fica aqui sem nenhum apoio, sem poder sair na rua e com uma estrutura que é humilhante para um policial (Sargento lotado no 22º. Batalhão de Polícia).

Nesse quadro, no caso desses equipamentos da Maré, cabem algumas perguntas básicas. Se existe uma dificuldade real de entrada e saída dos policiais nas favelas, em função do conflito com os integrantes das facções criminosas, por que colocar policiais para plantões, inclusive durante a noite, nesses espaços? Qual a função dos PPCs, se os mesmos não se integram a um trabalho maior que a polícia poderia realizar na Maré? Principalmente, por que manter estruturas estatais que desperdiçam recursos, colocam a vida de profissionais em risco e não desenvolvem nenhuma das ações para a qual foram originalmente criados? São muitas as questões que emergiram quando da visita aos PPCs na pesquisa de campo. Foi, sem dúvida, uma experiência inquietante constatar que a simples existência de estruturas públicas, mesmo que precárias, não são suficientes para garantir, pelo menos dentro de favelas, que os serviços sejam efetivamente prestados. É lamentável ver os recursos públicos, diante de tantas necessidades no próprio campo da segurança pública, gastos de maneira tão inútil e sem qualquer controle sobre os seus resultados concretos.

O Batalhão da Maré, no quadro de falência dos PPCs, tornou-se o principal instrumento de ação das forças de segurança do Estado na região. Entretanto, apesar da expectativa inicial que a introdução de um batalhão da Polícia Militar

poderia alterar as formas de regulação da ordem social na Maré, ou pelo menos na área onde o equipamento seria instalado, isso não ocorreu. Com efeito, nada mudou em termos do controle privado da soberania, nem mesmo na prática dos jovens empregados no grupo de traficantes de drogas circularem com armas.

Os policiais do batalhão não circulam à noite e a maior parte não atua na área da Maré. Eles entram e saem, em geral, pela Linha Vermelha e não têm, portanto, relação alguma com a vida cotidiana local. O contato, em geral, é estabelecido nos momentos em que realizam alguma operação na favela, situações sempre marcadas pela tensão e temor.

## 5.5

### Práticas cotidianas dos policiais do 22º Batalhão Maré

Retratar o cotidiano de trabalho dos profissionais da segurança no 22º Batalhão constitui um item importante para meu desejo de refletir, nesse trabalho, a respeito da relação estabelecida entre policiais e os moradores da Maré e, onde for possível, das favelas, de modo geral. A falta de sintonia entre esses atores já foi sinalizada em muitos ensaios acadêmicos, em debates distintos sobre o tema da segurança pública em favelas e em variados níveis pela mídia impressa e televisiva. A reconhecida falta de confiança foi construída em anos de contatos, marcados pela tensão, pela incompreensão e pela indignação da população com a repressão indiscriminada. Compreender o cotidiano do Batalhão significava tentar ir além desses juízos, historicamente construídos, e buscar caminhos alternativos para os encontros necessários e para soluções que permitam a superação do quadro de violência na relação da polícia com os moradores.

O dia-a-dia de trabalho no 22º foi apreendido nas idas quase diárias, durante um período de três meses, quando realizei a pesquisa de campo. Através desse contato, tive oportunidade de reconstruir meu olhar e romper com a “invisibilidade” e “exterioridade” que a instituição sempre tivera para mim. Aos poucos, minha percepção tornou-se mais abrangente e, do mesmo modo que reconheço heterogeneidade, boas práticas, complexidade e sentido na favela, fui construindo um olhar análogo para o Batalhão Maré.

O terreno que o abriga fica entre a Linha Vermelha e a rua paralela a esta denominada, Tancredo Neves, em Nova Holanda. A entrada do prédio se situa para o lado da Via, sendo o portão dos fundos dentro da favela. O prédio é bem simples, contendo grandes pátios nas partes da frente e atrás, locais onde os carros dos profissionais que ali trabalham são estacionados. As salas que abrigam os escritórios, setores administrativos, de pessoal, de logística, inteligência, do comando são pequenas, com pouca estrutura material e condições de trabalho precárias. Além desses espaços, há a cabine de recepção, o rancho, a cozinha, o refeitório, um pequeno auditório, onde funcionava a sala de informática, e os banheiros. Todos esses espaços, como já foi assinalado, são locais funcionais, com recursos modestos e a entrada e saída de muitos profissionais, o tempo todo.

A grande movimentação no Batalhão acontece nas trocas de turnos, momento em que o contingente de policiais de plantão daquele dia, independente do setor que atua, vem para se apresentar na sala do oficial de dia, a fim de registrar a presença, colocar o uniforme e ir para o seu posto de trabalho: pode ser o patrulhamento de ruas ou do trânsito, o cerco Maré, (cabines colocadas em pontos considerados estratégicos da região), a cozinha (o **rancho**), ou mesmo uma das seções administrativas do Batalhão.

O trabalho do batalhão na Maré segue um conjunto de procedimentos e normas, tais como as estruturas de segurança pública desse porte. No Estado do Rio de Janeiro existem trinta e nove batalhões da Polícia Militar, distribuídos por todo o estado. No caso específico da Maré, o principal papel cumprido pela unidade consiste em ser uma grande base para as operações e demandas que surgem em função dos conflitos ou situações de violências ocorridas, principalmente, no trecho da Linha Vermelha sob responsabilidade do Batalhão, ou nas regiões abrangidas pela 22<sup>a</sup> Área Integrada de Segurança Pública (AISP): Benfica, Bonsucesso, Higienópolis, Manguinhos, Maré e Ramos.

De acordo com as falas coletadas, evidenciou-se que os policiais atuantes no 22º Batalhão gostam de trabalhar na Maré, apesar de considerarem as favelas do entorno extremamente perigosas. Devido ao fato de não se sentirem seguros ali, eles não acessam o Batalhão pela entrada da Nova Holanda. Os policiais que têm carro o utilizam cotidianamente e aqueles que não têm veículos são pegos por uma viatura no Posto de Policiamento Comunitário localizado na Avenida Brasil, no Parque União.

Sobre o sentido e o resultado do trabalho realizado no cotidiano, fizeram-se patentes a descrença, a indignação e certo desânimo, posturas expressas em comentários variados:

Eu trabalho aqui nesse Batalhão desde que ele se mudou de Benfica. Vi como tudo foi feito desde o início. Eu prá te dizer a verdade, gosto muito de trabalhar aqui. O clima de trabalho é bom, tenho muitos amigos. O problema todo que eu vejo é que ele está muito mal localizado. Colocar um batalhão num lugar de alta periculosidade é de matar. Às vezes a gente tá aqui dentro e escuta rajadas de tiros. Qual seria o certo? A polícia ir lá e ver o que está acontecendo. Mas a gente não pode fazer isso. Se a gente for lá, acaba aumentando o conflito. Então a gente que vê isso, sabendo que deveria ser diferente, fica muito descrente (Soldado do Batalhão da Maré).

As informações sobre ocorrências que chegam ao Batalhão são feitas através de telefonemas, normalmente anônimos. É raro encontrar morador da Maré dentro do Batalhão. A movimentação de quem precisa ir até lá, o que inclui os residentes, é feita

através da porta de entrada pela Linha Vermelha. Os oficiais entrevistados foram unânimes em dizer que nunca foram procurados pelos moradores para reclamações. Todo o registro de chamada do batalhão para atuar em alguma situação de violência que tenha ocorrido chegou à unidade através de chamadas telefônicas.

Não me lembro de ter visto morador aqui da Nova Holanda, por exemplo, vir aqui fazer nada. Estou aqui desde que o Batalhão foi trazido prá cá e nem quando tinha a sala de informática o pessoal da favela vinha ter aula aqui. Eles têm medo. Eles sabem que, se vierem aqui, os bandidos podem pensar que eles estão fazendo algum tipo de denúncia. Agora, eles fazem ligação pro batalhão, para falar de guerra entre traficantes. Quando um grupo tenta invadir uma área que não é a dele, fica um tumulto danado; eles ligam para pedir que a polícia não deixe o outro grupo entrar. Quando teve a invasão lá do Timbau pelo CV, os moradores do Timbau não paravam de ligar para pedir que a gente fosse lá e tirássemos eles de lá. Só nessas horas é que eles se lembram da nossa existência (PoliciaI no Batalhão da Maré).

É sabido que o Batalhão não seria o órgão responsável pelo atendimento ao público, quando este precisasse realizar uma queixa. Na realidade, a Delegacia de Polícia seria o local para o qual os moradores deveriam ir, quando necessitassem de algum tipo de atendimento ligado à segurança pública. Ocorre que, nas favelas, essas estruturas da Polícia Civil não existem. No caso da Maré, a delegacia mais próxima fica em Higienópolis – a 21ª DP. Em épocas passadas, os Postos de Policiamento Comunitário cumpriam o papel de recepção das demandas dos moradores, com o tempo, eles foram perdendo essa função.

Eu já trabalho nessa área há vinte e cinco anos. Eu era policial no Posto Policial da Nova Holanda e estava trabalhando lá, quando fechou. Antigamente, a gente conhecia os moradores e sabia quem era honesto e trabalhador e quem não era. Quando um marido batia na mulher, ou quando dois vizinhos brigavam, eles todos corriam lá no Posto Policial. E quando o marido chegava bêbado em casa e chegava querendo bater na mulher, era lá para o Posto que a mulher corria. Aí, a gente ia na casa do morador, trazia o cara e colocava ele no xadrez. Nós tínhamos umas duas celas no Posto da Nova Holanda. Se o caso era grave, a patrulhinha vinha e levava até a 21ª DP. Hoje em dia, eu não sei mais quem mora aí dentro. A gente não pode mais se mostrar para o morador. Eu mesmo tenho medo de entrar aí dentro. Eu agora trabalho no trânsito lá em Benfica e estou fora dessas operações dentro de Favela (Praça do Batalhão da Maré).

Os procedimentos para o recebimento das demandas dos moradores da Maré relativas à área de segurança Pública são bastante confusos, no momento. Na realidade, determinadas reclamações e violações, que em outras áreas da cidade chegariam até a delegacia, no caso da favela, não acontecem da mesma forma. Essa foi uma questão muito apontada pelos policiais e pelos moradores, como uma das consequências da distância que há, atualmente, entre os dois segmentos. No caso do

policial, há um juízo sobre que tipo de reclamações o morador faria numa delegacia e isso leva a uma crença de que não adianta a colocação de determinados órgãos de acesso à Justiça nas áreas pobres da cidade, já que não haveria demanda da população para esse tipo de atendimento. Esse fato é bastante contraditório, uma vez que são nessas áreas que a violação de direitos é mais acentuada.

No caso do morador, há ressentimento e falta de confiança de que as suas demandas possam ser atendidas. De fato, o morador tem medo de chegar até o batalhão para pedir ajuda. O discurso mais presente é de que não adianta eles irem até a delegacia reclamar, porque ali eles são tratados como se fossem os criminosos, os que cometeram o delito. No Batalhão, é impensável ir, pois se for o caso de uma reclamação relacionada à forma como a polícia age, posteriormente, esses mesmos policiais poderiam fazer algum tipo de represália. No caso dos traficantes, eles podem considerar que se está indo ao Batalhão para fazer alguma denúncia relacionada a eles. Esse é o juízo mais comum dos moradores, e também dos policiais.

Não consigo ver como os moradores da Maré podem vir até nós para reclamar. Eles, muitas vezes, nem sabem do direito que têm. Eles não podem falar quando o tráfico obriga eles a fazerem certas coisas, ou quando entra na casa deles sem permissão, por exemplo. Na verdade, existe, sim, uma convivência dos moradores com o tráfico. Não estou dizendo que seja algo que eles gostem, mas acabam se acostumando e aceitando isso numa boa (Oficial no Batalhão da Maré).

Eu já precisei ir até a polícia para fazer queixa umas duas vezes, desde que moro aqui na Maré. Mas eu te digo: fiquei sem saber aonde ir. No Batalhão, eu não entro. A delegacia é muito longe. O meu marido já tentou me bater duas vezes, quando chega bêbado e já gastou quase todo o salário nos botequins fazendo farra. Da última vez, eu tive que bater nele com o cabo da vassoura, pra ele sossegar. Eu pensei: será que eu devo ir no Batalhão falar com o polícia, para conversar com o meu marido, ou vou logo na boca falar com os meninos. Da última vez que isso aconteceu, eu conversei com a minha patroa e ela me disse que eu deveria ir na Delegacia de Mulheres. Eu nem sabia que isso existia. Eu fui lá sim, mas fiquei com medo dele ir reclamar na boca que eu estava chamando polícia (Moradora da Maré).

Há muita falta de informação por parte dos moradores da Maré sobre como acessar os órgãos relacionados à segurança pública. A chegada do Batalhão à Maré poderia ter contribuído para a mudança dessa realidade, mas, com efeito, nada foi feito para que a situação de desinformação e temor fosse superada. O que mais impressiona, no caso da ausência de contatos dos moradores com a instituição policial, é a naturalização do fato pelo conjunto de atores envolvidos. É como se nada alternativo fosse possível de ser feito para minorar o problema.

**Tabela 3**  
**Distribuição das ocorrências registradas 21ª DP**  
**no período de 2004 a 2008, por favela**

FAVELA	NÚMERO	%
Parque União	311	13,3
Vila Pinheiros / Conjunto Pinheiros	281	12,0
Nova Holanda	268	11,4
Baixa do Sapateiro	265	11,3
Vila do João	226	9,6
Parque Maré	221	9,4
Morro do Timbau	179	7,6
Roquete Pinto	136	5,8
Praia de Ramos	131	5,6
Salva e Merengue	92	3,9
Parque Rubens Vaz	65	2,8
Maré (não especificado)	61	2,6
Conjunto Esperança	42	1,8
Nova Maré	41	1,7
Conjunto Bento Ribeiro Dantas	28	1,2
<b>Total</b>	<b>2.347</b>	<b>100</b>

**Fonte:** Instituto de Segurança Pública – ISP.

As ocorrências registradas se caracterizam por serem alusivas a situações de violência específicas: homicídios, lesões corporais, assaltos, roubos etc. Elas se colocam no cenário de práticas criminais e de seu enfrentamento. Desse modo, não há, de fato, uma política de segurança para o morador, com foco em seu bem estar e sua segurança. Acho que nunca compreendi isso com tanta clareza como no período em que fiz o trabalho de campo. O crime é cometido, o registro é feito, mas, em caso de ocorrência na favela, não há a menor perspectiva de que ele possa ser investigado e que o criminoso possa ser punido, se for o caso. Nesse sentido, o cotidiano de trabalho dos policiais do Batalhão Maré, com efeito, tem uma ligação real muito pequena com os moradores e suas demandas no campo da segurança pública. Ele está ali, no que diz respeito à Maré, como um instrumento de controle das fronteiras do território e de combate ao tráfico de drogas – visto que não há notícias de enfrentamento entre a polícia e o grupo miliciano local. E nada há, de fato, além disso.

**Tabela 4**  
**Distribuição dos registros de ocorrências nas favelas da Maré entre 2004 e 2008, por ano de referência**

<i>ANO</i>	<i>NÚMERO</i>	<i>%</i>
<b>2004</b>	510	21,7
<b>2005</b>	458	19,5
<b>2006</b>	499	21,3
<b>2007</b>	410	17,5
<b>2008</b>	470	20,0
<b>Total</b>	2.347	100

Fonte: Instituto de Segurança Pública – ISP.